Sumário

Apresentação .................................................................................................................. 3

Antecedentes da proclamação da República ................................................................... 4
  Questão militar .................................................................................................................. 4
  Questão religiosa .............................................................................................................. 5
  Questão Servil .................................................................................................................. 6
  Questão dinástica ............................................................................................................ 7

A República se implanta .................................................................................................. 8

A República da espada (1889-1894) ................................................................................ 9
  O Encilhamento ............................................................................................................... 10
  A Grande Naturalização .................................................................................................. 11
  A Constituinte e a Constituição de 1891 ..................................................................... 12
  Deodoro e a Revolta da Armada .................................................................................... 13
  Floriano Peixoto e o término da República da Espada ............................................... 15
  A Revolução Federalista e a Segunda Revolta da Armada...17

A República dos Civis – Política (1894-1930) .............................................................. 18
  A Política dos Governadores e seus corolários ............................................................ 18
  A Política do Café-com-Leite ......................................................................................... 21
  As revoltas messiânicas: Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916) .......... 23
  Economia e Sociedade na República Velha ............................................................... 26
    Café – ouro negro do Brasil ......................................................................................... 27
    Borracha .................................................................................................................... 34

Resumo ............................................................................................................................. 35
Exercícios

Exercícios apresentados
Olá caro aluno!


Vamos estudar a República oligárquica aproveitando um bom café!
Antecedentes da proclamação da República

A proclamação da República no Brasil foi um evento de grande importância pelas consequências que trouxe ao país. Destronando a família real de Bragança que governara desde 1822, os responsáveis pela instauração do novo regime iniciaram uma nova fase de nossa história política que, no período que vamos tratar, foi marcada por guerras civis, pelo controle político por parte das oligarquias agrárias, pela economia cafetearia, pela rápida expansão das cidades e pela incipiente industrialização. Poderíamos chamar de um momento de modernização traumática.


Questão militar

Após o fim da guerra do Paraguai (1870), o Exército brasileiro passou a desenvolver de maneira clara aquilo que chamamos esprit de corps, ou seja, um espírito de corpo, uma identidade comum, uma noção de pertencimento a um grupo com interesses comuns. Retornando da guerra vencedores, os combatentes – particularmente os oficiais – compartilhavam da ideia que tinham salvado a pátria e que, portanto, a eles se devia respeito, crédito e poder político.

Acontece, no entanto, que as elites dirigentes do Império eram civilistas, isto é, valorizando o poder civil em detrimento do militar e isso ficou claro em algumas situações: na reforma da lei eleitoral de 1881, também conhecida como Lei Saraiva, que proibiu que soldados votassem e na lei de 1883 que impediu que qualquer membro das forças armadas pudesse emitir opiniões políticas em jornais. Esta última lei, inclusive, gerou vários atritos, porque alguns oficiais insistiram em lançar suas opiniões nos jornais e acabaram sendo processados.

Para além disso, um número significativo de militares tornou-se positivista, isto é, seguidor das ideias de Auguste Comte. No que nos concerne, Comte defendia uma República racionalista e livre da influência religiosa – exatamente o oposto da organização política monárquica em nosso país. O positivismo tornou-se o quadro de referência para a atuação desses militares, dentre os quais se destaca Benjamin Constant, professor da Academia militar e que muito influenciou os cadetes que estudaram com ele.

A inabilidade dos governantes imperiais – o monarca incluso – acabou por alienar o suporte de parcela importante dos militares ao regime. Assim, alguns passaram a conspirar ativamente para derrubar a monarquia, enquanto outros simplesmente mostravam indiferença ao governo imperial. O Exército tornou-se um campo fértil para a disseminação das ideias republicanas. Utilizando-se dele, os conspiradores, com a participação de poucos civis, daria o golpe mortal sobre o Império.
Questão religiosa

A “Questão Religiosa” (nome atribuído à época) foi ápice de um longo processo de desentendimentos entre as autoridades estatais (coadjuva pela maçomaria) e as autoridades eclesiásticas do Brasil.

Para compreendermos bem, devemos recordar que pelo artigo V da Constituição de 1824 o Império era um Estado confissional católico. Isto levava a alguns corolários (aqui vão listados somente os mais significativos):

As religiões não-católicas não poderiam praticar seus cultos abertamente, embora o pudessem em casas reservadas;

Os não-católicos ou excomungados não poderiam ocupar cargos políticos - de deputado ou senador;

O Estado deveria prover as côngrus (“salário”) dos padres e bispos – embora o valor fosse muito baixo, poucas vezes reajustado ao longo do Império;

O Estado tinha o direito de nomear padres e bispos;

O Estado tinha direito sobre os dízimos das igrejas;

O Imperador podia permitir ou não que uma bula papal entrasse em vigor no país;

O conjunto dessas interferências do Estado na Igreja (e vice-versa) ganhava o nome de “padroad”, uma herança política da Coroa Portuguesa. Durante a primeira metade do século XIX poucos problemas houve com essa configuração. A partir de 1850, no entanto, uma reforma eclesiástica levada a cabo por bispos alinhados com o pontifice romano, levou à percepção por parte do clero que a relação com o Estado tal qual organizada no Brasil era prejudicial aos interesses da Igreja e clamou por reformas. Nesse ambiente foram formados dois bispos, Dom Macedo Costa e Dom Vital, que não aceitaram o status quo e tomaram atitudes que levaram ao choque com o governo imperial.


O problema ganhou todos os seus elementos quando o então papa, Pio IX, emitiu uma bula reiterando a excomunhão aos maçons e exortando os bispos a combaterem essa irmandade e buscarem com que seus

1 Vale a pena dizer que o padroad não foi exclusivo do Brasil e que outros países latino-americanos, mesmo formando repúblicas não abriram mão do poder de intervir nas igrejas nacionais.
paroquianos saíssem da maçonaria. Esse documento papal não recebeu o *beneplácito* (digamos, a autorização) do imperador. Entretanto, os vários bispos, dentre os quais D. Macedo e D. Vital, publicaram o documento em português e agiram conforme as orientações ali contidas, procedendo contrariamente ao que dispunham as leis brasileiras. D. Vital e D. Macedo interditaram irmandades que continham maçonias impenitentes e suspenderam clérigos desobedientes. As irmandades, então, entraram na justiça contra os bispos pedindo para o governo reverter as decisões tomadas pelos prelados.

O processo judicial foi bastante turbulento, acompanhado pelos jornais, discutido nas ruas e no Parlamento. Grande parte das elites imperiais apoiava o governo na reafirmação de suas prerrogativas de padroado, com poucas exceções à la Zacarias de Góis e Cândido Mendes. A grande parte da população, no entanto, apoiou os bispos e o desgaste para o governo foi enorme. O processo judicial condenou os prelados à prisão, com fortes repercussões junto ao clero e ao povo. Findo o mandato do Visconde do Rio Branco, o Imperador teve de enfrentar o problema de quem o sucederia. Dado o ambiente de crise institucional, poucos nomes se mostravam convenientes. O Imperador decidiu pelo Duque de Caxias, que aceitou sob a condição de se libertar os bispos presos. Relutante, Pedro II aceitou e a questão religiosa se encerrou.

Para alguns comentadores do início do século XX e para os historiadores Dilermando Vieira² e Ítalo Satirocchi,³ a questão religiosa foi fundamental para a queda do Império porque retirou uma importante base de apoio da monarquia. O clero percebeu que não poderia contar com o auxílio do governo imperial e que ao seguirem sua fé – a mesma proclamada na constituição de 1824 – entrariam em choque com o mesmo governo. Assim, ante a queda do regime em 1889, *indiferente* foi a atitude de padres e bispos.

---

### Questão Servil

A questão do elemento servil, ou da escravatura, é das mais óbvias dentre aquelas que resultaram na queda do Império. A escravidão era um instituição secular no Brasil – implantada desde os tempos coloniais. Com muito esforço e desgaste, o governo imperial havia conseguido acabar com o tráfico de escravos da África em 1850 e, posteriormente, dar um golpe de morte (ainda que lento) na escravidão com a lei do ventre livre de 1871. No entanto, a luta contra a instituição foi bastante árdua e tomou contornos dramáticos no fim do século XIX.

Em fins do Império, o movimento abolicionista ganhava cada vez mais força. Contava com o apoio maciço da imprensa, de intelectuais e de políticos, dentre os quais se destaca Joaquim Nabuco. O movimento pedia o imediato fim da escravidão. Os fazendeiros e demais donos de escravos não se opunham diretamente ao fim da escravidão, mas exigiam que houvesse uma indenização pela perda do que a lei considerava como propriedade privada. Afinal, se o Estado iria “tomar” sua propriedade, era “justo” – argumentavam os escravocratas – que pagasse por ela.

A realidade econômica do Império, entretanto, não permitia o pagamento de tão vultosa soma. Assim, diante de tantas pressões políticas, a regente D. Isabel formou um gabinete liberal que aprovou a 13 de maio de

---

1888 o projeto do fim da escravidão que, sob aplausos do povo nas galerias, foi aceito — éramos o último país do Ocidente a abolir a escravidão.

**Questão dinástica**


D. Isabel apoiava fortemente o movimento abolicionista, era extremamente devota e piedosa e era casada com um homem que não granjeava muitas simpatias da elite brasileira, o francês Conde D’Eu.

Na década de 1880, D. Pedro encontrava-se doente e a questão de sua sucessão era assunto discutido nos altos círculos do poder. Muitos não viam com bons olhos a sucessão da Coroa para D. Isabel: era uma mulher (!), poderia ser muito influenciada pelo clero ou pelo marido (assim pensavam, por ser piedosa e muito amável com o esposo) e porque era fortemente contrária à escravatura. Assim, a solução dinástica se apresentava como um problema às elites que queriam se manter no poder. Na queda da monarquia, a fidelidade a uma Coroa que seria passada a uma mulher não era muito grande...

Com esse problema de sucessão, além da aprovação da abolição, bem como o problema militar e religioso, o Império perdeu o apoio de parte significativa da elite que ou migrou para apoiar os republicanos – depois que esses assumiram o poder – ou ficaram, tanto quanto os bispos, *indiferentes* à sorte do regime que vigorava há 67 anos. Quando veio o golpe militar, os grupos políticos logo se rearranjaram ao redor dos novos donos do poder.

![A Proclamação da República](image)
A República se implanta

Com todos esses elementos em cena, podemos nos perguntar, junto com Wilma Peres Costa, como o Império durou o quanto durou. A 15 de novembro de 1889, depois de várias urdiduras secretas entre oficiais militares e alguns republicanos históricos, o marechal Deodoro da Fonseca, a frente de uma tropa, realizou o ato simbólico que marcou a queda da monarquia e a instauração da República. Ato contínuo, um governo provisório foi formado – com Deodoro a frente – e a família imperial desterrada para a Europa.

É importante dizermos que o movimento que instaurou a República foi desprovido de participação popular. Conforme analisou José Murilo de Carvalho, a monarquia caiu quando era mais popular na base da sociedade.⁴ O povo, afirmou Aristides Lobo – um republicano que chegou a assumir um ministério no governo provisório – “assistiu bestializado a proclamação da República”.⁵ Ainda pior, informa-nos Edgard Carone que a própria união entre militares e republicanos civis foi um “acidente imprevisível”⁶. Ou seja, o movimento que levou à queda da monarquia foi uma aliança desconjuntada de forças políticas minoritárias com elementos também minoritários do seguimento militar. As divergências políticas e os diferentes projetos de poder, depois de instaurada a republica, daria origem a grandes desavenças e atritos, levando o país ao extremo da guerra civil.

Tradicionalmente, a primeira república é dividida em dois períodos: a República da Espada (1889-1894) e a República dos Cíveis ou República oligárquica (1894-1930). A divisão se dá pelos grupos que adentraram o governo: no primeiro período, temos os dois primeiros presidentes militares – Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto –, os responsáveis pela proclamação e pela ‘consolidação’ do novo regime.⁷ Em seguida, temos os governos dos representantes das oligarquias rurais, com destaque para os paulistas e mineiros. No primeiro momento temos a organização política da República, com a convocação da constituente, a promulgação da primeira carta republicana (a segunda do país), o primeiro golpe de Estado, o primeiro plano econômico fracassado, o estouro de três movimentos de caráter sedicioso e rebelde. No segundo momento, temos o auge e, em seguida, crise da economia cafetaria, o domínio político dos coronéis, a política dos governadores, o climax da atuação diplomática com Rio Branco, a crise das oligarquias, a contestação do regime pelo movimento tenentista, a industrialização incipiente, o início dos movimentos operários no país. Ufa! Quanto conteúdo que temos para esse PDF!

Sigamos a ordem cronológica para facilitar nossa compreensão.

A República da espada (1889-1894)

Derrubada a monarquia, era fundamental aos golpistas vitoriosos que se organizasse um novo governo. O marechal Deodoro da Fonseca, líder do movimento, tornou-se presidente da República e compôs um novo ministério, formado de civis e militares que participaram do movimento: Campos Sales, ministro da Justiça; Aristides Lobo, ministro do Interior; Rui Barbosa, ministro da Fazenda, Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha; Quintino Bocaiúva, ministro das relações exteriores; Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Logo no dia 15 de novembro, emitiram um comunicado à nação, fazendo garantias ao povo e às nações do mundo:

Concidadãos! O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e consequentemente a extinção do sistema monárquico representativo. Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir com a ordem pública a liberdade e o direito do cidadão. (...) O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.8

Ainda no mesmo dia, foi emitido decreto pelo conjunto do ministério proclamando oficialmente a República (art. I) criando a federação (art. II) – os Estados Unidos do Brasil – e mencionava que se procederia às eleições do Congresso Constituinte da nova república (art. IV).

O medo de que houvesse uma grande reação monarquista não foi concretizado e os poucos elementos leais à família real pouco a pouco foram sendo integrados na nova realidade do poder ou ficaram em silêncio, com raras exceções de poucas consequências. Uma pequena minoria de rivais ou antigas antipatias dos novos líderes acabaram presas, como o caso do último primeiro-ministro, Visconde de Ouro Preto, e de Silveira Martins – este odiado por Deodoro da Fonseca.

O caráter provisório do governo incomodava os elementos civis do ministério e as poderosas oligarquias regionais, particularmente aquelas representada pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Esses grupos queriam que de uma situação de fato, passasse-se a uma situação de direito, isto é, que uma Constituinte fosse rapidamente convocada para balizar constitucionalmente o novo regime e referendar os atos do governo provisório. Embora alguns grupos de militares positivistas apoiassem e incitassem o velho marechal a não convocar eleições9 e instaurar uma ditadura que trouxesse progresso, a pressão para uma constituinte foi maior e o Congresso Constituinte foi convocado para 15 de novembro de 1890 e as eleições para 60 dias antes.

---

9 “O Tenente Nelson de Almeida, da marinha, deseja a instalação do governo definitivo, governo que se resuma na concentração de todo o poder político nas mãos de um só homem de Estado... Para termos uma República estável, feliz e próspera, é necessário que o governo seja ditatorial e não parlamentar”.

Carone, A República Velha, p. 29.
Antes que a Constituinte fosse instalada, no entanto, o novo governo já sofria críticas e desgastes. Prisões arbitrárias e medidas econômicas fracassadas (que resultaram em inflação, desemprego e quebra de empresas) motivaram críticas nos jornais, principalmente aqueles que ainda se sentiam saudosos do antigo regime. Essas reprovações do governo nos jornais foi mal vista pelo presidente e medidas foram tomadas para coibir a liberdade de imprensa. Jornais foram atacados e pessoas presas por emitirem suas opiniões. Isto desagravou bastante os grupos liberais presentes nas cidades e os ministros civis. O desgaste do governo levaria a querelas intensas com o Congresso, minando sua base de apoio.

Antes de entrarmos na nova constituição, falemos rapidamente do caos econômico causado pelo então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e da lei de *grande naturalização*.

### O Encilhamento

Em 17 de janeiro de 1890, o então ministro da fazenda, Rui Barbosa, emitiu um decreto que permitia aos bancos a emissão de moeda. A ideia do ministro era aumentar o crédito disponível para a abertura de novos negócios no país, sem que houvesse dependência de capital externo. Explica-nos Carone:

A República é recebida pelos países estrangeiros com desconfiança, que se revela numa baixa dos títulos brasileiros no mercado europeu. O plano de Rui Barbosa é prescindir do auxílio estrangeiro e seguir o exemplo americano, com a famosa lei de 1863, da qual decorreu pluralidade bancária e protecicionismo, que ajudaram os Estados Unidos a tornarem-se grande potência industrial. (...) Desde 1888, com os gabinetes João Alfredo e Ouro Preto, a situação financeira era próspera e o Império alargava o crédito. Rui dá continuidade a este desenvolvimento, apesar do hiato da mudança de regime. Para vencer os déficits advindos da nova política tributária – pela qual os Estados ficavam com a maior parte da renda – Rui cria os bancos emissores e a cobrança da taxa-ouro. Estes elementos representam proteção alfandegária e crédito fácil. O resultado é a proliferação assombrosa de sociedades anônimas - fábricas, estabelecimentos rurais, empresas comerciais, bancos etc.\(^\text{10}\)

A política de emissão de moeda e de facilidade em empréstimos trouxe várias consequências. O papel-moeda em circulação aumentou em 50%; o clima eufórico levou as pessoas a especularem utilizando para isso suas próprias finanças e poupanças; novas empresas e indústrias foram criadas e logo seus títulos foram colocados na Bolsa; “novos-ricos” apareceram de um dia para o outro com os empréstimos concedidos pelos bancos.

O aumento do papel-moeda em circulação gerou inflação crescente, o que levou as novas empresas e bancos a buscarem mais crédito. O governo aceitou e permitiu a emissão de mais dinheiro e o aumento da dívida pública. Iniciou-se um círculo vicioso e um descontrole financeiro descomunal. Empresas-fantasmas começaram a quebrar, a confiança no governo e na moeda brasileira cairam, criando mais especulação com os títulos da dívida. O desgaste de Rui Barbosa tornou-se imenso e ele acabou por cair do ministério em 20 de janeiro de 1891. A situação econômica só não se tornou mais caótica pelos saldos positivos da balança.

\(^{10}\) Carone, *A primeira república*, p. 203.
comercial trazidos pelo café e pela borracha. Somente em 1898, sob a presidência de Campos Sales, é que o governo retomaria o controle do aspecto financeiro do país com a medida do *Funding Loan*.\(^\text{11}\)

**A Grande Naturalização**

Uma medida bastante interessante tomada pelo governo republicano trata-se da grande naturalização de imigrantes. Em 15 de dezembro de 1889, foi emitido decreto que tornava cidadão brasileiro todo o estrangeiro que NÃO se manifestasse em contrário no prazo de seis meses. Isso foi reafirmado pelo decreto 200-A de 1890 que tratava das eleições e apresentava como cidadão brasileiro esses estrangeiros que não haviam se manifestado em contrário.

A grande naturalização foi alvo de críticas por parte dos patriotas e estrangeiros: os primeiros diziam que se banalizava o grande privilégio que era ser cidadão brasileiro, uma afronta à pátria; os segundos, de que os prazos eram exíguos e que muitos imigrantes simplesmente não poderiam tomar providências a tempo (temos de lembrar aqui que as comunicações nesse período eram ruins e o território brasileiro, enorme, com grandes dificuldades de trânsito entre a capital e os estados interioranos). Igualmente, podemos afirmar hoje que se tratou de uma tentativa de resolver um problema difícil com medidas simples.

O Brasil passava por uma onda de imigração europeia, e em menor medida de americanos, desde a década de 1870 (embora imigração livre tenha ocorrido desde a independência, ainda que em menor número). A imigração foi estimulada e, depois, organizada pelos poderes públicos, para sanar o problema da “falta de braços” na lavoura advinda com o fim do tráfico de escravos em 1850, da lei do ventre livre de 1871 e com a lei áurea de 1888. Também foi encorajada por parte da elite política e econômica que, influenciada pelas teorias racistas que dominavam a intelectualidade europeia à época, queria “embranquecer” o país e, assim pensavam, trazer o progresso.

Fato é, portanto, que havia grande número de imigrantes no país quando do golpe de Estado e sua presença causava certa apreensão: como lidar com esses grupos estrangeiros? Como integrá-los à sociedade brasileira? Como torná-los instrumento de progresso no país? A resposta para essas graves questões, cada uma delas prenhe de consequências, foi a canetada dos dois decretos mencionados.

A Constituinte e a Constituição de 1891

Embora os trabalhos constituintes sejam importante fonte para o período, principalmente no que se refere à quebra da unidade da frágil aliança que chegou ao poder em 1889, não nos cabe abordá-los. Vamos nos dedicar aqui a compreender como ficou a nova organização do Estado a partir da promulgação da constituição de 1891 e de algumas leis infraconstitucionais.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>ESTADO IMPARIAL</th>
<th>ESTADO REPUBLICANO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>FORMA DE GOVERNO</strong></td>
<td>Monarquia constitucional representativa</td>
<td>República Constitucional</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>FORMA DE ESTADO</strong></td>
<td>Unitária</td>
<td>Federativa</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PODERES DE ESTADO</strong></td>
<td>Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador</td>
<td>Executivo, Legislativo e Judiciário</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>CHEFIA DE ESTADO</strong></td>
<td>Monarca</td>
<td>Presidente da República</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>CHEFIA DE GOVERNO</strong></td>
<td>Presidente do Conselho de Ministros (desde 1847)</td>
<td>Presidente da República</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>RELIGIÃO</strong></td>
<td>Confessional Católico</td>
<td>Laico</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>DISSOLUÇÃO DA CÂMARA</strong></td>
<td>Constitucional – medida tomada pelo Imperador em caso de necessidade</td>
<td>Inconstitucional – o presidente não tem o poder de dissolver o Congresso</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SENADO</strong></td>
<td>Vitalício</td>
<td>Não-vitalício</td>
</tr>
</tbody>
</table>

História do Brasil p/ ABIN (Oficial de Inteligência - Área 1) - 2019
www.estrategiaconcursos.com.br
**JUDICIÁRIO**
Supremo Tribunal de Justiça – instância maior da justiça imperial (com exceção do próprio imperador), mas sem poderes de controle de constitucionalidade.

**CEMITERIOS**
Confessionais sob tutela da Igreja Católica – somente os fiéis poderiam ser enterrados neles.

**REGISTRO – NASCIMENTO**
O registro era feito a partir do batismo da criança na paróquia de pertencimento.

**REGISTRO – CASAMENTO**
O registro era feito a partir do casamento católico. Acatólicos tiveram reconhecimento de suas cerimônias na segunda metade do século XIX.

Findo os processos constituintes, o congresso teve o dever de escolher o novo presidente da República. Deodoro da Fonseca considerava natural que fosse escolhido como presidente, recebendo um mandato presidencial de quatro anos. Entretanto havia dissenso no Congresso, que desejava colocar um civil no poder – apontaram o nome de Prudente de Morais, que seria depois eleito em 1894.

Diante da pressão de grupos militares e do medo de que Deodoro usasse da força para continuar à frente da presidência, o Congresso Nacional deu um mandato de direito a Deodoro, elevando como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto que, apesar de militar, era distante do presidente. Começava o governo constitucional da república, que logo passaria por grandes tribulações.

### Deodoro e a Revolta da Armada

Muito embora Deodoro tenha conseguido o mandato presidencial pela constituinte, sua atuação política foi atacada duramente pelas forças presentes no Congresso Nacional. Uma nova crise se abriu em fins de 1891 quando o poder Legislativo apreciou o projeto de responsabilidade do presidente da República e votou contra as reformas econômicas do então ministro Lucena.
O grave impasse levou à radicalização das posições. Deodoro, um militar acostumado a dar ordens, não tinha a habilidade política de negociar com o Congresso Nacional, tanto mais um que demonstrava claramente seu descontentamento. Assim, seguindo uma lógica que se aplicava aos tempos do Império, mas não em face da nova constituição, emitiu um decreto no dia 3 de novembro de 1891 fechando o Congresso e prometendo novas eleições para uma nova Constituinte que “revisaria” a recém-promulgada carta constitucional. Tropas foram enviadas para dispersar os parlamentares e o primeiro golpe da República foi dado.

Deodoro saíra vencedor com seu golpe, mas as forças oposicionistas já se articulavam para retomar seu quinhão de poder. O prestígio de Deodoro e seu poder pessoal já minguavam dados os desgastes por que passara desde que assumira a chefia da República. Já não podia contar com o total apoio da Marinha, que possuía em Wandenkolk sua liderança, e mesmo o Exército encontrava-se dividido, com os generais José Simeão e Floriano Peixoto dividindo as lealdades das hostes terrestres com o presidente. Assim, os setores civis que haviam sido retirados do poder se articularam com os opositores militares de Deodoro e contra atacaram. Da noite do dia 22 para 23 de novembro, vários navios da Armada se revoltaram na Baía de Guanabara, alunos das escolas militares se rebelaram e se somaram aos grevistas da Estação de Ferro Central do Brasil que haviam iniciado seu movimento dia 21. Em face da amplitude do movimento e de sua saúde frágil, Deodoro da Fonseca decidiu renunciar, emitindo um comunicado bastante amargurado ao povo: “a ingratidão daqueles por quem mais me sacrificue, e o desejo de não deixar atear-se a guerra civil em minha cara Pátria, aconselharam-me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir-me”.

Floriano Peixoto assumiu o governo e o que parecia uma vitória dos elementos civis da República foi, na verdade, uma azeda derrota.

---

12 Carone, A República Velha, p. 47.
13 Apud Idem, p. 51
Floriano Peixoto e o término da República da Espada

Tendo assumido o comando da República com o apoio do Congresso Nacional, Floriano precisava articular seus aliados nos estados, muitos deles indicados pelo governo anterior. Assim, iniciou-se um período de derrubada dos elementos ‘deodoristas’ nas unidades da federação e sua substituição por grupos ligados ou aos civis aliados (minoria) ou aos militares florianistas. A intervenção foi tamanha que o desiludido Rui Barbosa, árduo defensor da federação, disse: “de uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável”.

Entre 1891 e 1892, Floriano gozou de ampla maioria no Congresso e todas suas iniciativas legislativas foram aprovadas. Acontece, no entanto, que o clima de efervescência política não cessara, nem dentro das Forças

---

14 *Apud Carone, A República Velha*, p. 55-56.
Armadas, nem no Congresso e muito menos nos estados, tudo catalisado pelos graves problemas econômicos que continuavam a assolar o país. Neste contexto, os deodoristas, após tentativas fracassadas de tomar o poder em alguns estados, mudaram de estratégia e passaram a criticar o governo, exigindo seu *impeachment* e novas eleições, tudo isso baseado na própria constituição de 1891!

**Vamos com calma para compreendermos claramente.** No artigo 42 da carta magna lia-se: “se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houver ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á nova eleição”. Entretanto, nos parágrafos 2 e 3 das disposições transitórias da mesma constituição encontramos: “o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial” (par. 2) e “para essa eleição, não haverá incompatibilidades” (par. 3).

Ora, estavam colocados os elementos para que a disputa política se adensasse e ganhasse contornos jurídicos. A possibilidade colocada pelos deodoristas de que um novo presidente poderia ser eleito animou mesmo aqueles que, até pouco tempo, estavam do lado de Floriano, caso de membros do PRP e de generais que tinham atuado contra Deodoro. Até mesmo ministros de Floriano se encontraram sem ele para deliberar e chegaram à conclusão de que melhor seria haver eleições; Floriano se negou. O cenário para nova guerra civil estava colocado.

Enquanto se dão as pressões para forçar a renúncia de Floriano, continuam as articulações para o movimento armado, tanto na capital do país como nos Estados. (…) o movimento aparece nitidamente com contornos revanchistas, liderado por elementos civis e militares deputados ou afastados com o contragolpe de 23 de novembro de 1891.15

Os ânimos exaltados e as conspirações falharam em ganhar o poder de surpresa. 13 generais enviaram um manifesto a Floriano, a 6 de abril de 1892, instando-o a convocar novas eleições e renunciar. A resposta de Floriano foi reformar os militares e redigir um comunicado à Nação, explicando a situação. Depois, em 10 de abril, após a realização de um comício acompanhado por deputados e oficiais militares pró-Deodoro, em que se destilou críticas ao governo, Floriano decidiu endurecer sua posição, declarando estado de sítio na capital por 24 horas, mandando prender oposicionista e desterrando outros para regiões distantes do país. Essa atitude provocou chuva de críticas nos jornais do país, alguns dos quais foram perseguidos pelo governo federal. A vitória de Floriano não foi mais completa porque ao reunir-se o congresso nacional em maio de 1892, uma anistia foi votada e os presos, libertos.16

A situação de Floriano não atingiu o climax decorridos esses atos de anistia porque o líder da oposição, Deodoro, morreu no mesmo mês. Seria necessário o início da luta fratricida no Rio Grande do Sul para que os elementos oposicionistas na capital tentassem novamente a capitulação do “Marechal de Ferro”.

---

15 Idem, p. 73.
16 Idem, p. 74-80.
A Revolução Federalista e a Segunda Revolta da Armada


A revolução federalista no Rio Grande do Sul, constituiu-se numa guerra civil que se origina da radicalização, cada vez maior, da luta pelo poder. (...) A revolução é medida extrema, ditada pela persistente perseguição dos governos dominados por Júlio de Castilhos aos oposicionistas e, pela certeza de que já não podiam estes voltar ao poder por meios normais. (...) É a minoria mais aguerrida e agressiva castilhista, apoiada agora por elementos militares e positivistas, com o beneplácito de Floriano, que conduz aos motivos para o revide armado.¹⁷

O estouro da guerra civil realimentou os descontentamentos na capital federal, sentimentos que foram intensificados por uma série de medidas repressivas tomadas por Floriano: prisões reputadas ilegais, controle da imprensa, conflito com o Supremo Tribunal Federal etc. Nestes quadros, os grupos contrários à condução do conflito no Sul, somado aos problemas anteriores e à face ditatorial de Floriano, levaram ao estouro de mais uma revolta da Marinha, apoiada por elementos monarquistas perseguidos, que se juntou aos maragatos no RS.

Em 6 de setembro de 1893, três almirantes publicaram um manifesto exigindo novas eleições. Diante da recusa de Floriano, começaram as escaramuças que resultaram numa espécie de empate: os revoltosos não conseguiram adentrar à terra e o governo não conseguiu atacar os navios... Neste impasse, os revoltosos da armada, depois de tentativa fracassada de atacar a capital, entraram em tratativas com os rebeldes do Sul e organizaram uma aliança. A frota desceu a costa brasileira e levou a revolução federalista a alcançar os estados do Paraná e de Santa Catarina, alcançando algumas vitórias.

Floriano não modificou sua política. Apoiado por São Paulo, ampliou sua repressão e comprou uma flotilha dos Estados Unidos, tripulada por mercenários norte-americanos. O conflito agora poderia ser lutado em mar e terra por ambas as partes.

A guerra civil se arrastou para além do mandato presidencial de Floriano Peixoto. Em 1895, com Prudente de Morais a frente, diante de uma situação fiscal problemática e de uma guerra bastante sangrenta, o novo presidente enviou uma missão de paz. Os revoltosos decidiram abaixar suas armas sob a promessa de anistia. O governo aceitou, sob protestos da ala militar pró-Floriano, e acabou a primeira guerra civil da República.

¹⁷ Idem, p. 87-88.
A República dos Civis – Política (1894-1930)

Chegado ao fim de seu mandato, Floriano Peixoto, apesar de vozes que pediam sua continuação por meio de uma ditadura escancarada, cumpriu sua promessa: passou o cargo para o próximo presidente eleito, Prudente de Morais. Destacado político desde a proclamação da República, foi presidente da Assembleia Constituinte, governador de São Paulo e presidente do Senado entre 1891 e 1894. Eleito diretamente conforme as leis eleitorais da época, iniciou o período de domínio das oligarquias fundiárias no executivo federal, momento que recebeu algumas denominações diferentes: *república oligárquica, república dos coronéis ou república dos civis*.

Esta nova fase não necessita de descrições das diversas presidências que se sucederam – tais efemérides ficam para os curiosos e os estudiosos do assunto. Precisamos aqui nos aprofundarmos sobre algumas questões específicas que iriam marcar o período e que resultariam na crise e queda deste primeiro modelo republicano.

A Política dos Governadores e seus corolários

Passados as turbulências dos três primeiros mandatos – algumas das quais veremos ainda adiante, como o caso de Canudos – iniciou-se uma fase de estabilização do novo regime. A política oligárquica iria se firmar e segurar o poder por décadas, amparada por alguns elementos: a chamada “política dos governadores”, a comissão verificadora de poderes, o *coronelismo* e o “voto de cabresto”. Aqui iremos apresentar o essencial de cada um desses aspectos.

Percebendo que o governo federal necessitava do apoio das bancadas estaduais no Congresso Nacional – já que o sistema não era mais parlamentarista – e que um dos elementos perturbadores da ordem no período 1889-1898 fora as disputas entre União e estados, Campos Sales decidiu empregar uma política em que ambos se apoariam mutuamente e que, por conta do discurso proferido pelo presidente, ganhou o nome de *Política dos governadores* (ou como preferia Campos Sales, política dos Estados).

Neste regime, disse eu na minha última mensagem, a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A Política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma destas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União!

A ideia de Campos Sales era de criar um sistema de apoio mútuo, numa espécie de troca de favores, entre o chefe do executivo federal e os chefes do executivo estadual. O presidente mandatário auxiliaria os governadores que apoiassem a eleição de deputados fiéis e de seu sucessor. Assim, o presidente apoiava os governadores e estes apoiavam o presidente, dando estabilidade para a governança em ambos os níveis da federação.
Para assegurar que deputados “infieis” não alcançassem o poder no Congresso, um sistema foi montado a nível do legislativo federal para “degolar” os adversários do Catete. Vamos entender bem: até a criação da Justiça Eleitoral por Vargas, quem dava o “diploma” de deputado aos homens supostamente eleitos era o próprio poder Legislativo por meio de uma comissão – os diplomas dos homens da comissão eram avaliados por outros eleitos já diplomados – nomeada Comissão Verificadora de Poderes. Essa comissão passou a ser utilizada no contexto da política dos governadores para evitar que quaisquer opositores ao governo federal fossem eleitos. Caso algum deputado da oposição conseguisse vencer as eleições, o governo federal, apoiado por sua esmagadora maioria aliada na Câmara/Senado, impedia-o de receber seu diploma, acusando-o de fraude eleitoral. O deputado então era “degolado” e outro assumia seu lugar.

A base de poder tanto dos governadores quanto do presidente da República encontrava-se na base, nos chamados “currais” eleitorais dos coronéis. Os chamados “coronéis” não eram membros – em geral – da força armada terrestre profissional. Coronel era a maior patente da chamada Guarda Nacional criada no Império e que servia como força auxiliar às tropas do Exército e eram as responsáveis pela manutenção da ordem local à nível provincial/estadual. O grande e:erencial da Guarda Nacional estava no fato de que o comandante – o coronel – gastava seu próprio recurso armando e fardando os soldados da guarda – que também eram homens de posse, só não tão ricos assim. Findo o Império, os coronéis passaram a ter um papel ainda mais atuante nas eleições, coagindo os eleitores a votarem nos candidatos que eles preferissem – normalmente os governistas, ou o representante da vez das oligarquias.

Essa atuação dos coronéis era possível porque o voto era aberto, ou seja, o eleitor tinha de pronunciar em voz alta em quem votava. Os coronéis sabiam, então, em quem cada eleitor estava votando, sempre pairando um ar de ameaça sobre quem não seguisse o voto do coronel – era o chamado voto de cabresto. Outra forma de agir dos coronéis era fraudando as eleições, registrando votos por pessoas falecidas (voto fantasma) – num tempo em que a fotografia ainda não era largamente difundida nem documentados se utilizavam de fotos – ou uma mesma pessoa votando mais de uma vez.

Isso não quer dizer que os coronéis atuavam somente na base da ameaça. O convencimento por meio de favores também era um eixo importante da ação coronelística. Por fim, se podemos dizer que havia uma colaboração estreita entre presidente e governadores, havia uma similar entre governadores e coronéis, um reforço mútuo de poder que também se traduzia em enriquecimento desses grupos. Vamos tornar o quadro mais complexo com a contribuição de Boris Fausto:

O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo como nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos (sic) efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. Todas essas características vinham dos tempos da Colônia, mas a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. Isso resultou, principalmente, da ampliação da parte dos impostos atribuída aos municípios e da eleição dos prefeitos. (…) Seria errôneo porém pensar que os “coronéis” dominaram a cena política na Primeira República. (…) apesar de serem importantes para a sustentação da base do sistema oligárquico, os “coronéis” dependiam de outras instâncias para manter seu poder.

18 Antes da transferência da capital, o Palácio do Catete era a sede do Executivo federal.
Entre essas instâncias destacava-se, nos grandes Estados, o governo estadual, que não correspondia a um ajuntamento de “coronéis”.  

A estrutura política da primeira República permitiu uma grande estabilidade por um certo período. Os dissensos internos entre as oligarquias estaduais, no entanto, somados a problemas econômicos, viriam a colocar por terra este edifício, o que veremos na próxima aula.

Críticas à política da época veiculada em periódicos

---

A Política do Café-com-Leite

Vimos que na organização do poder na perspectiva estabelecida por Campos Sales estava a necessária relação entre poder federal e poder estadual. Assim sendo, era fundamental que o Executivo Federal contasse com o apoio dos Estados mais importantes da Federação naquele momentos histórico, São Paulo e Minas Gerais – o que não excluía os demais estados.

São Paulo era um estado importantíssimo por conta de seu poderio econômico, que avançava rapidamente desde o século XIX por conta da expansão do café, e pela unidade política em torno do Partido Republicano Paulista. Figurava como o estado mais rico do país e a percepção de que o estado era a “locomotiva” do país era bastante difundida. O apoio da elite cafeicultora era, portanto, fundamental para a estabilidade do regime e será ela, frequentemente, que ditará a política econômica do país.

Minas Gerais era o outro parceiro importante por conta do tamanho de sua população, compondo o maior colégio eleitoral do país por algum tempo, também pelo papel de produtor cafetão. Juntos, São Paulo e Minas eram capazes de mobilizar as demais oligarquias e organizar as eleições e o poder presidencial. O seu poderio se transformou em alternância de membros das elites paulista e mineira no poder, com algumas exceções, conforme podemos acompanhar no quadro:

<table>
<thead>
<tr>
<th>PERÍODO</th>
<th>PRESIDENTE</th>
<th>ORIGEM</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1889-1891</td>
<td>Deodoro da Fonseca</td>
<td>Alagoas</td>
</tr>
<tr>
<td>1891-1894</td>
<td>Floriano Peixoto (vice)</td>
<td>Alagoas</td>
</tr>
<tr>
<td>1894-1898</td>
<td>Prudente de Morais</td>
<td>São Paulo</td>
</tr>
<tr>
<td>1898-1902</td>
<td>Campos Sales</td>
<td>São Paulo</td>
</tr>
<tr>
<td>1902-1906</td>
<td>Rodrigues Alves</td>
<td>São Paulo</td>
</tr>
<tr>
<td>1906-1909</td>
<td>Afonso Pensa</td>
<td>Minas Gerais</td>
</tr>
<tr>
<td>1909-1910</td>
<td>Nilo Peçanha (vice)</td>
<td>Rio de Janeiro</td>
</tr>
<tr>
<td>1910-1914</td>
<td>Hermes da Fonseca</td>
<td>Rio Grande do Sul</td>
</tr>
<tr>
<td>1914-1918</td>
<td>Venceslau Brás</td>
<td>Minas Gerais</td>
</tr>
<tr>
<td>1918-1919</td>
<td>Delfim Moreira (vice de Rodrigues Alves que faleceu antes de assumir)</td>
<td>Minas Gerais</td>
</tr>
<tr>
<td>1919-1922</td>
<td>Epitácio Pessoa</td>
<td>Paraíba (Apoiado por MG e eleito pelo PRM)</td>
</tr>
<tr>
<td>1922-1926</td>
<td>Artur Bernardes</td>
<td>Minas Gerais</td>
</tr>
<tr>
<td>1926-1930</td>
<td>Washington Luís</td>
<td>São Paulo</td>
</tr>
<tr>
<td>1930</td>
<td>Júlio Prestes (não assumiu)</td>
<td>São Paulo</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Como nos traz Boris Fausto:

Até que ponto, a partir de posturas e interesses diversos, as oligarquias paulista e mineira dominaram a cena política nacional na Primeira República? (...) a união de ambas foi um traço fundamental que não conta toda a história do período. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas forças. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final. (...) Um acordo entre São Paulo e Minas Perdurou e 1898, com a eleição de Campos Sales, até 1909. Nesse ano, abriu-se a dissidência entre os dois Estados, que facilitou a volta provisória dos militares e a volta permanente do Rio Grande do Sul à cena política nacional. (...) Um pacto não-escrito foi concluído em 1913 na cidade mineira de Ouro Fino, pelo qual mineiros e paulistas tratariam de se revezar na presidência da República. (...) Afinal, o não-cumprimento das regras do jogo por parte do presidente Washington Luís, que indicou para suícessão, em 1929, o paulista Júlio Prestes em vez de um mineiro, como seria a regra do revezamento do “café-com-leite”, foi um fator central da ruptura política ocorrida em 1930. Esse fato mostra nitidamente a importância do acordo São Paulo-Minas, para a estabilidade da Primeira República.  

Capa da Revista “Careta” sobre a política do Café-com-Leite: São Paulo e Minas decidem quem ocupa a cadeira presidencial

As revoltas messiânicas: Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916)

Após termos abordado as questões políticas mais gerais da República, vamos entrar em dois movimentos contestatórios que tiveram características similares e ocorreram depois da República da espada, as guerras de Canudos e do Contestado. Não pretendemos entrar em muitos detalhes, somente fornecer os elementos mais importantes, já que foram episódios marcantes do período a que nos dedicamos.

O que une esses dois movimentos é a tenso situação social das pessoas envolvidas – pobres sem perspectiva de melhoria de vida, sem emprego, sem instrução – e o caráter messiânico, isto é, lideranças místicas que pregavam um escapismo religioso e escatológico ou ainda a realização terrestre de um reino
divino. Também ambas foram consideradas à época — embora pesquisas mais recentes relativizem isso — monarquistas, pela crítica que faziam à República, às inovações do governo e pelo nome adotado, caso da comunidade “Monarquia Celeste” do conflito do Contestado.

O movimento em Canudos, na Bahia, surgiu em um contexto social e político de turbulências. Um pregador místico de uma piedade católica popular, Antônio Conselheiro, andou pelo interior nordestino espalhando suas concepções religiosas, bastante populares no sertão, criticando a República recém-proclamada, atacando o governo, o registro civil de nascimento e de casamento. Juntou um grupo de seguidores num arraial próximo à vila de Canudos. Para lá se dirigiram milhares de sertanejos desempregados e em situação de vulnerabilidade. No arraial, a vida era comunitária e foi estabelecida uma rede de solidariedade para com aqueles desprovidos que lá chegavam.

O crescimento vertiginoso do local e o discurso de Conselheiro contra a República e os problemas sociais pelos quais passava o país — pobreza, carestia, fome das classes mais baixas — incomodou os coronéis, o governo baiano, o governo federal e mesmo o clero. O grupo de Canudos foi considerado monarquista e uma ameaça ao governo republicano, chegando a causar grande medo nas capitais e levando à perseguição de monarquistas e de jornais monarquistas em várias partes do país, principalmente na capital federal.

As desconfianças mútuas entre sertanistas e autoridades governamentais levou rapidamente ao conflito. Foram necessárias quatro investidas governamentais para a destruição do arraial — que foi completa —, sendo a última delas organizada pelo próprio ministro da guerra com o envio de mais de 8 mil homens do Exército. Ainda assim, Canudos caiu resistindo bravamente, como deixou registrado Euclides da Cunha:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnando palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam, raivosamente, cindo mil soldados. Caiu o arraial a 5 [de outubro de 1897].No dia 6, acabaram de destruir desmanchando-lhe as casas, 5 200, cuidadosamente contadas.

O conflito do Contestado (1912-1916), por sua vez, aconteceu no sul do país, numa região disputada entre Santa Catarina e Paraná, dando origem ao nome do episódio. Podemos considerar o início dos problemas quando o governo federal cedeu à empresa Brazil Railway Company um faixa de 15 km de cada lado da ferrovia que ela havia de construir no sul do país. Ao fazê-lo, permitiu a desapropriação de milhares de famílias que lá moravam há décadas, criando sérios problemas sociais. A este clima, somou-se a transferência de vários trabalhadores para a região para trabalharem na construção da ferrovia. Quando a obra acabou, os trabalhadores não tiveram condições de retornar para suas casas e se juntaram às massas desvalidas locais.

Nesse contexto, o papel de “monges” (assim denominados, mas não eram monges católicos de fato) ganhou destaque: João Maria (morte logo no início do movimento) e José Maria. Diferentemente de Canudos, os “monges” formaram comunidades esparsas no território, e não em um único local. Afirmavam que o Reino de Deus estava próximo e criticavam o governo. A existência dessas comunidades — como a mencionada “Monarquia Celeste” — alertou os governos estaduais de Santa Catarina e do Paraná, além do
governo federal e da empresa BRC. Neste contexto, o governo decidiu por eliminar a ameaça que estes grupos apresentavam à ordem estabelecida.

Os ataques começaram com as polícias dos estados e depois envolveu homens das forças armadas enviadas pelo presidente Hermes da Fonseca (militar e parente de Deodoro da Fonseca). As forças governamentais não sofreram muitas perdas, mas como existiam muitas comunidades, ao se destruir uma, muitos migravam para outra, ou mesmo criavam novas. Por conta disso, a supressão completa do movimento demorou mais tempo. Resolvido o conflito por meio das armas, o território do “Contestado” foi arbitrado e dividido entre os Paraná e Santa Catarina.

**Tenentismo**

Na década de 1920, a forma tradicional de governo estava entrando em crise, sendo contestada, como afirma Carone. A crise do café acentuou-se e o crescimento das camadas médias urbanas letradas consolidava um novo grupo social que clamava por mudanças políticas. A restritiva lei eleitoral, as graves fraudes eleitorais, os movimentos do governo federal para forçar bancadas majoritariamente leais foram criticadas ferrenhamente nos jornais e pela população em geral, principalmente das grandes cidades. Ou seja, as fraturas começaram a aparecer no edifício político montado na República dos Civis.

Dentro desse contexto, destacou-se um conjunto de movimentos realizados por militares oficiais de baixa patente, principalmente tenentes, que, por esse motivo, ficou conhecido por tenentismo. O movimento tenentista queria a **derrubada do governo oligárquico, a implantação do voto secreto e a centralização e fortalecimento do Estado.** Ideologicamente, é perceptível a influência do positivismo e de um arraigado nacionalismo que migrará para o socialismo quando da liderança de Luís Carlos Prestes.

Dos episódios tenentistas, dois se destacam: o primeiro foi o levante dos **18 do forte de Copacabana** que ocorreu em **julho de 1922.** Foi um movimento orquestrado por membros do Clube Militar e que inicialmente abarcaria um grande número de rebeldes. No entanto, somente o Forte de Copacabana se revoltou e rapidamente foi contido. A segunda ocorrência significativa do tenentismo foi a formação e atuação das **Colunas Miguel Costa e Carlos Prestes entre 1924 e 1927.** Iniciou-se como uma mobilização de militares descontentes com o regime em São Paulo que depois se transformou numa “coluna” que se descolou por grande parte do interior do país, sempre entrando em conflito com forças governamentais. Quando sua continuidade no país ficou insustentável, adentraram a Bolívia e o Paraguai, finalizando o ciclo de sublevações tenentistas no Brasil da primeira República.
Os tenentes inspirariam algumas das propostas da **Aliança Liberal** que lançou **Getúlio Vargas** às eleições e foi um importante grupo de apoio que levou o político gaúcho ao poder na **Revolução de 1930**.

Entender o sentido e as propostas do tenentismo não é tarefa fácil porque seus membros pouco sistematizaram suas ideias. Em geral, podemos afirmar que “nos anos 20, eles não tinham uma proposta clara de reformulação política. No fundo pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. Tratava-se de reconstruir o Estado para construir a nação.”

---

**Economia e Sociedade na República Velha**

Um dos pontos do edital da prova da ABIN especifica claramente o café a estratificação social durante o período da República Velha. Neste tópico da aula vamos abordar então o ciclo cafetivo, sua expansão e seus impactos; o curto surto da borracha no norte do país; a imigração de trabalhadores europeus e suas consequências; a greve geral de 1917 e a maneira como o governo lidava com questões sociais.

---

22 Idem, p. 314.
Café – ouro negro do Brasil

A história do café e a de nosso país estão intimamente ligadas a partir do século XIX. Já na bandeira do império vemos estampado, junto ao brasão imperial, o ramo de café. Muito embora nas primeiras décadas do Brasil independente o produto não possuísse um peso grande na pauta de exportações, na segunda metade do século XIX e, particularmente, no período compreendido nesta aula, tornou-se a principal commodity exportada nos portos brasileiros.

Na virada do século XIX, o café já era produzido numa larga faixa do sudeste brasileiro e nossa produção era uma das maiores do mundo (veja a tabela abaixo)23. O consumo de café aumentou bastante no período, impulsionado por baixos preços, mudança no estilo de vida e padrões de consumo (principalmente nos Estados Unidos) e pelas condições do trabalho industrial neste período – que exigiam do trabalhador longas e exaustivas horas de manuseio de máquinas. Assim, o produto se popularizou, aumentando consequentemente sua demanda.

---

23 Tabela retirada de Carone, A República Velha (instituições e classes sociais), p. 30.
<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>BRASIL</th>
<th>OUTROS PAISES</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1890</td>
<td>4405000 (sacas de 60kg)</td>
<td>4015000 (idem)</td>
</tr>
<tr>
<td>1891</td>
<td>5525000</td>
<td>3760000</td>
</tr>
<tr>
<td>1892</td>
<td>7695000</td>
<td>4245000</td>
</tr>
<tr>
<td>1893</td>
<td>6535000</td>
<td>4740000</td>
</tr>
<tr>
<td>1894</td>
<td>5040000</td>
<td>4360000</td>
</tr>
<tr>
<td>1895</td>
<td>7235000</td>
<td>4530000</td>
</tr>
<tr>
<td>1896</td>
<td>6005000</td>
<td>4390000</td>
</tr>
<tr>
<td>1897</td>
<td>9315000</td>
<td>4600000</td>
</tr>
<tr>
<td>1898</td>
<td>11210000</td>
<td>4840000</td>
</tr>
<tr>
<td>1899</td>
<td>9320000</td>
<td>4405000</td>
</tr>
<tr>
<td>1900</td>
<td>9425000</td>
<td>4380000</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Esta tabela nos mostra a importância do Brasil no mercado mundial de café. Vamos observar agora a importância relativa do café na pauta de exportações brasileira.²⁴

<table>
<thead>
<tr>
<th>Períodos</th>
<th>Café</th>
<th>Açúcar</th>
<th>Fumo</th>
<th>Borracha</th>
<th>Outros</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1889-1897</td>
<td>67,6%</td>
<td>6,5%</td>
<td>1,2%</td>
<td>11,8%</td>
<td>12,9%</td>
</tr>
<tr>
<td>1898-1910</td>
<td>52,7%</td>
<td>1,9%</td>
<td>2,8%</td>
<td>25,7%</td>
<td>16,9%</td>
</tr>
<tr>
<td>1911-1913</td>
<td>61,7%</td>
<td>0,3%</td>
<td>1,9%</td>
<td>20,0%</td>
<td>16,1%</td>
</tr>
<tr>
<td>1914-1918</td>
<td>47,4%</td>
<td>3,9%</td>
<td>2,8%</td>
<td>12,0%</td>
<td>33,9%</td>
</tr>
<tr>
<td>1919-1923</td>
<td>58,8%</td>
<td>4,7%</td>
<td>2,6%</td>
<td>3,0%</td>
<td>30,9%</td>
</tr>
<tr>
<td>1924-1929</td>
<td>72,5%</td>
<td>0,4%</td>
<td>2,0%</td>
<td>2,8%</td>
<td>22,3%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Com estes dados quantitativos é possível perceber de imediato que os impactos econômico, político e social do café e do que envolvia sua produção foram imensos. Vamos abordar cada um desses pontos separadamente por simples conveniência didática, mas é claro que todos estão intrinsecamente ligados.

A produção cafeeira foi importante economicamente para o Brasil por várias questões que aqui vamos resumir para não nos alongarmos desnecessariamente. A exportação do café foi importantíssima para o país porque permitia a maior parte das “divisas necessárias para as importações e o atendimento dos compromissos no exterior, especialmente os da dívida externa”. Os investimentos na produção cafeeira, por sua vez, eram responsáveis pela criação de muitos empregos diretos e indiretos. Dentre estes últimos, podemos citar os empregos criados pela construção de estradas de ferro e o melhoramento dos

²⁴ Tabela organizada a partir dos dados contidos em Fausto, op. cit., p. 292.
portos responsáveis pelo escoamento da produção. Enfim, o superávit financeiro que os cafeicultores conseguiu com as vendas foi investido, também, em nascentes indústrias produtoras de bens de consumo, principalmente na área têxtil. Ou seja, parte importante de nossa industrialização no período da República Velha deu-se como subproduto de investimentos feitos pela elite cafeira.

Dada esta importância econômica do “ouro negro”, é simples compreender o peso político que aqueles envolvidos na produção tinham, ainda mais considerando a organização política do Estado brasileiro que abordamos: o papel dos coronéis, voto de cabresto, comissão verificadora de poderes, papel importante do Legislativo na condução dos negócios públicos.

Boris Fausto afirma claramente que os grupos ligados ao café conseguiram criar uma “classe articulada”, que ele chama de “burguesia do café”. Como classe consciente de seus interesses e de sua importância para o país, expressaram seus interesses e mesmo formularam políticas que o governo federal e os governos estaduais não puderam simplesmente ignorar. Isso não significa, entretanto, que o Estado brasileiro estivesse nas mãos dos cafeicultores. Momentos houve em que o governo federal foi contra os interesses dos cafeicultores porque necessitava equilibrar os interesses de outros grupos econômicos conflitantes com o café.

Vamos apontar aqui dois aspectos comumente apontados como reveladores do “uso” do Estado pela elite cafeicultora: a taxa cambial desvalorizada e política de valorização do café.

---

Bem, embora exista hoje divergência quanto à intencionalidade do Estado em manter o mil-réis desvalorizado, fato é que a moeda brasileira manteve-se bastante desvalorizada frente à libra esterlina durante a República Velha. Essa política de câmbio baixo era favorável aos cafeicultores, como à toda classe produtora que exporta seus produtos, porque tornava o produto mais competitivo e os ganhos hauridos no comércio exterior – em libra – era “maior” (dada a natureza desvalorizada da moeda) no Brasil. Como o país, entretanto, era fortemente dependente de importações, mesmo de produtos de bens de consumo, o restante da sociedade saia prejudicado. Celso Furtado chamou este processo de “socialização de perda”. Como diz Boris Fausto: “desvalorizando a moeda nacional para favorecer a cafeicultura exportadora, o governo encarecia as importações que deveriam ser pagas pelo conjunto da população”.

As políticas de valorização do café também são outro exemplo significativo do peso político dos grupos cafeicultores e da percepção da burocracia estatal da necessidade do café para a saúde fiscal do país. Vimos acima que o Brasil era o maior produtor de café do mundo e que sua produção cresceu enormemente no período que estamos estudando. Acontece, entretanto, que o consumo de café não aumentou na mesma proporção gerando, assim, diminuição de preços da commodity. Para entendermos o porquê do aumento da produção, temos de compreender duas realidades ligadas ao café: tempo necessário entre o plantio e a colheita e sua demanda inelástica.

O interím ente o plantio e o amadurecimento do pé de café gira em torno de 3 a 5 anos, a depender do solo, da planta e do tratamento dispensado. Isso significa dizer que há sempre um risco envolvido e um fator de especulação entre o plantio de novas mudas, sua colheita anos frente e o consumo quando da maturação da planta. Assim sendo, a resposta da produção ao aumento do consumo é, para o café, ainda mais retardada que para outros produtos, agrícolas ou não. Para além disso, café é uma planta de produção perene, chegando a produzir por mais de 20 anos. Em suma, o investimento do café só é revertido em lucro depois de alguns anos de plantado e a produção não pode ser “parada” sem grandes prejuízos ao cafeicultor – solução que seria destruir os pés de café.

Diz-nos Carone que o ímpeto para a produção de café veio no século XIX com a abertura de grandes mercados: o norte-americano (o maior comprador de café do Brasil), o alemão, dos países nórdicos e outros. No fim do século, a produção estava em alta, impulsionada pelo consumo e pelo bom preço do mercado internacional. Entretanto, em determinado momento, a produção alcançou e depois ultrapassou o consumo, criando estoques gigantescos e abaixando o preço do produto no mercado mundial, conforme os dados da tabela.

---

26 A literatura mais clássica afirma que os grupos cafeeiros dominavam o Estado e o utilizavam para poder manter o mil-réis desvalorizado. Literatura mais recente questiona esta interpretação e vê na depreciação cambial o resultado da péssima situação financeira brasileira do período.

27 Idem, p. 274.

28 Carone, A República Velha (instituições e classes sociais), p. 33.

29 Tabela retirada de Carone, A República Velha (instituições e classes sociais), p. 34.
<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>PRODUÇÃO TOTAL (BRASIL + DEMAIS PAÍSES) DE SACAS DE 60KG</th>
<th>CONSUMO</th>
<th>ESTOQUE EM 30 DE JUNHO</th>
<th>PREÇOS MÉDIOS EM FRANCO-OURO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1890-1895</td>
<td>11765000 (média)</td>
<td>10870000</td>
<td>3060000</td>
<td>94</td>
</tr>
<tr>
<td>1895-1900</td>
<td>13805000 (média)</td>
<td>14250000</td>
<td>5730000</td>
<td>39</td>
</tr>
<tr>
<td>1901</td>
<td>15070000</td>
<td>13965000</td>
<td>6835000</td>
<td>42,5</td>
</tr>
<tr>
<td>1902</td>
<td>19790000</td>
<td>15320000</td>
<td>11305000</td>
<td>33</td>
</tr>
<tr>
<td>1903</td>
<td>16665000</td>
<td>16095000</td>
<td>11875000</td>
<td>34</td>
</tr>
<tr>
<td>1904</td>
<td>15990000</td>
<td>15590000</td>
<td>12275000</td>
<td>38,5</td>
</tr>
<tr>
<td>1905</td>
<td>14445000</td>
<td>15505000</td>
<td>11215000</td>
<td>45</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Podemos observar que o consumo atingiu uma média aproximada em 15 milhões de sacas, enquanto a produção ultrapassou, em alguns dos anos, a demanda, criando estoques. Aqui temos uma das questões centrais do café: o consumo/demanda pelo produto é inelástico, ou seja, não aumenta significativamente com a queda do preço do produto. Explicamos: uma pessoa que consome 3 xícaras de café/dia não aumentará consideravelmente sua ingestão porque os preços variaram negativamente. Assim, a demanda mantém-se relativamente estável (embora não estática) ao longo dos anos, enquanto que a produção, iniciada no período de alta de preços e de abertura de mercados, continua alta, levando à queda de preços. Como coloca Carone:

O problema, assim, é de consumo: segundo as estatísticas, o aumento médio anual per capita sofre evolução inferior à da produção. Individualmente, temos, entre 1881 e 1907, um crescimento que varia ½% ao ano (Bélgica) até 7% (Espanha). Porém a média do aumento anual é de 2% para a Europa e a zona mediterrânea; ½% para os Estados Unidos; 3½% para a Argentina e portos brasileiros, resultando todos eles num aumento médio de 1% entre 1881 e 1907.  

Fosse o café um produto secundário da pauta de exportações, a queda de preços teria impacto menor. Entretanto, como vimos, o café era o principal item da pauta de exportações e, por isso, a elite produtora percebeu que deveria tomar ações para conter a queda do preço, e usou sua influência política para tanto. De acordo com Carone, foram três momentos de valorização do café, no entanto, falaremos aqui de modo sintético e abordando seu principal mecanismo (para além da já comentada taxa cambial desvalorizada).

O principal encontro para tratar da desvalorização do produto se deu em Taubaté em 1906 em que se encontraram os governadores de São Paulo (Jorge Tibiriçá), de Minas Gerais (Francisco Sales) e do Rio de Janeiro (Nilo Peçanha) junto com importantes produtores desses três estados. A ideia apresentada era a de que o governo federal deveria intervir no mercado comprando o excedente da produção cafeeira, assegurando preços mínimos para a saca de café e assim garantindo os lucros dos cafeeicultores. Quando

---

30 Idem, p. 35.
os preços subissem, o Estado venderia seus estoques. A proposta foi apresentada ao então presidente, Rodrigues Alves, um paulista, que a negou, preocupado com o impacto fiscal que a medida poderia causar. Entretanto, seu sucessor, Afonso Pena, sob pressão das elites agrárias e com o aprofundamento da crise e da superprodução, aceitou a proposta. Era mais um caso de "socialização de perdas" por conta do café.

A consequência da política de valorização foi o aumento das áreas plantadas, já que o governo assegurava o mínimo de lucro aos cafeeiros. Esta expansão por sua vez, penalizou o Estado porque houve poucas ocasiões para vender os estoques feitos. Tanto o é que quando Getúlio Vargas chegou ao poder, encontrou toneladas de sacas de café encalhadas no porto de Santos – e que ele ordenaria a destruição para artificialmente subir o preço do café.

A intervenção estatal, por sua vez, gerou especulação sobre a produção – já que os investidores sabiam da intervenção estatal, especulavam sobre o preço do produto – e aumento da dívida – o governo, para honrar o compromisso assumido com os cafeeiros, por vezes pegava dinheiro emprestado, o que ajudou a criar a maior dívida externa da América Latina.

Por fim, socialmente, o café foi responsável por muitas mudanças no Brasil. No século XIX, a produção cafeeira no vale do Paraíba fluminense e paulista levou ao aumento do número de escravos no Brasil antes da proibição do tráfico em 1850. Com a expansão do cultivo no Oeste Paulista e o fim do tráfico, os grupos produtores começaram a substituir paulatinamente a mão-de-obra escrava por livre imigrante, iniciando um processo que alcançou o ápice na República.

A escolha do imigrante europeu para trabalhar nos campos ao invés do emprego dos negros, agora livres, não foi acidental. Aqui se conjugam, ao menos, duas tendências, a do embranquecimento da sociedade e o nível técnico desejado dos trabalhadores, que no conjunto revelam um modelo implementado com profundas características racistas.

Embora tivessem empregados negros por muito tempo nas fazendas, quando o tráfico cessou e depois a escravidão foi proibida, muitos negros perderam suas ocupações nas fazendas, fosse por escolha própria, fosse por demissão do ex-senhor. A massa de ex-escravos desvalidos migrou, uma parcela importante indo para as cidades, inchando os centros urbanos e criando uma massa de pobres. Muitos dos fazendeiros preferiram recrutar imigrantes, repleando-lhes ser mais ordeiros, mais inteligentes, mais eficientes e mais diligentes no trabalho.

A percepção de que o imigrante europeu era mais qualificado de fato era verdade. O motivo desta qualificação, no entanto, era entendida equivocadamente pelos fazendeiros. Os europeus brancos eram mais qualificados porque tinham maior acesso à formação e conhecimento, mais avançados na Europa que no Brasil. Os negros libertos, por sua vez, exclusos como haviam sido de educação formal, não tinham o mesmo conhecimento técnico - isso reforçado pelas formas tradicionais de produção que vigoravam no país, o que não proporcionava conhecimento empírico para eles.

Com a federalização do país, vários esforços foram empreendidos pelos estados e pela União para atrair imigrantes. Propagandas eram feitas no exterior e facilidades eram proporcionadas àqueles que quisessem imigrar para o Brasil. **Isso fez com que entre 1887 e 1930, aproximadamente 3,8 milhões de imigrantes entrassem no país, tornando o Brasil um dos maiores receptores de imigrantes do mundo, depois dos Estados Unidos e da Argentina.** A maioria esmagadora dos imigrantes era de origem italiana e portuguesa, mas também houve alemães, japoneses e chineses.
O principal destino dos imigrantes foi o estado de São Paulo – o estado que mais dedicava verbas para atrair imigrantes e o mais dinâmico economicamente. Muitos dos imigrantes dirigiram-se aos campos, sob o regime de colonato embora muitos permanecessem nas cidades como pequenos comerciantes, caso de muitos portugueses. A presença imigrante foi um fator de desestabilização e de recrudescimento do nacionalismo, já que muitas dificuldades econômicas do período eram imputadas a estes imigrantes, particularmente os pequenos varejistas e donos de cortiços.

Aqueles que iam para os campos entravam num regime de trabalho chamado colonato. Em teoria, trata-se de uma “parceria” entre o dono da terra e o colono. Este recebe daquele um pedaço de chão para cultivar uma produção cujo resultado do trabalho era dele. Em contrapartida, deveria cultivar as terras do fazendeiro e receberia um pequeno valor pelo trabalho executado.

O resultado não era bem o que muitos dos imigrantes imaginavam. O regime de trabalho imposto pelos fazendeiros era muito intenso e as relações entre colonos e donos das terras, conflituosas. As exigências eram grandes e frequentemente os colonos eram tratados como se escravos fossem. Isso gerou muitos conflitos e grande número de imigrantes iniciaram movimentos contestatários ou simplesmente saíram dos campos. Isto se explica porque muitos deles que chegaram aqui haviam tido contato com as ideias socialistas/anarquistas na Europa e haviam mantido relações trabalhistas menos exploratórias em seus países de origem. Assim sendo, ao se depararem com o que os fazendeiros esperavam deles, lutaram por melhores condições de trabalho.

Apesar de todos os problemas existentes nas relações entre fazendeiros e colonos, o colonato permitiu a continuidade da produção agrícola brasileira após a abolição da escravidão. O maior temor dos donos de terra e dos políticos brasileiros – o desarranjo da agricultura brasileira por falta de trabalhadores – foi evitado. Sob essa ótica, o colonato foi uma política de sucesso.

A contestação dos imigrantes não foi diferente nas cidades e indústrias do país. Aqueles que ficaram nas cidades também se depararam com relações de trabalho desfavoráveis ao trabalhador e logo começaram as articulações para a formação de organizações de trabalhadores para pressionar por mudanças. A atitude desses imigrantes acabou por inspirar muitos dos movimentos por mudanças sociais e lutas por direitos trabalhistas, cujo exemplo máximo nesse período foi a greve geral de 1917.

A primeira greve geral teve uma influência decisiva de imigrantes socialistas e anarquistas. A reivindicação dos trabalhadores era, dentre outras, reconhecimento das associações operárias como legítimas porta-vozes dos trabalhadores nas negociações, aumento de salário, jornada de oito horas diárias e pagamentos extras por trabalhos extras. A força do movimento foi bastante considerável à época e foi considerado um sucesso – os operários obtiveram aumento e as associações reconhecidas.

O governo da Primeira República, no entanto, pouco interferia para a melhoria das condições de vida das classes mais baixas. O ideário liberal era o predominante tanto política quanto economicamente. Para os governantes – membros das classes dominantes – o salário e a relação patrono-empregado deveriam ser definidos entre as partes envolvidas. Ao Estado caberia, em teoria, a segurança jurídica das relações sociais. Razão pela qual não havia, na Constituição, qualquer coisa semelhante a “direito social”, nem mesmo a previsão de educação primária pública gratuita, como no Império. Em geral, as movimentações de trabalhadores por melhorias nas condições de trabalho eram considerados distúrbios à ordem pública. Isto fica claramente colocado na frase atribuída ao presidente Washington Luís: “Questão social é caso de polícia”.
Fica claro com o exposto que o café foi de extrema importância para nosso país, com consequências econômicas, políticas e sociais de monta.

**Borracha**

Para finalizar nossa aula de República Velha, falta-nos comentar rapidamente sobre o surto de produção de borracha e suas consequências para o Brasil.

Como puderam perceber na tabela colocada anteriormente que trata da pauta de exportações do período, entre 1889 e 1918, a Borracha representou mais de 10% da pauta de exportações, alcançando o pico de produção e venda entre 1898 e 1910. A produção de borracha esteve diretamente ligada à invenção do automóvel e sua necessidade de pneus (aqui vale um link com a aula de revolução industrial de História mundial!).

A Amazônia brasileira era um dos poucos lugares ricos em seringais, plantas produtoras de látex. Assim que aumentou a demanda pela produção, muitos passaram a se dedicar à extração do produto, ocasionando uma corrida à região norte do país, principalmente de pessoas do Nordeste. Com uma demanda tão grande e um sistema de extração precário e lento (porque realizado no meio das florestas com poucos recursos tecnológicos à disposição do seringueiro), o valor da borracha atingiu grande valor, enriquecendo muitos donos de terras.

Acontece que o modo de extração não conseguiu acompanhar a necessidade da indústria em verdadeiro processo de expansão. Assim, algumas das potências imperialistas – Holanda e Inglaterra, por exemplo – conseguiram mudas da planta e criaram seringais organizados (em linhas retas) em suas colônias de clima tropical na Ásia. Em pouco tempo, a produção brasileira ficou cara demais e lenta demais para os mercados (além do fator protecionista das metrópoles europeias que favoreciam a compra de suas colônias), causando o empobrecimento generalizado da região. Podemos perceber isso nos míseros 3% de importância relativa na pauta de exportações entre os anos 1919-1923.

Consequência de longa monta, no entanto, ocasionou o surto da borracha: a compra da região do atual Acre. Em busca de novos seringais, muitos brasireiros se dirigiram para território de fronteira com a Bolívia. Lá estabelecidos, começaram movimentos contra o governo boliviano e tensões aumentaram entre os dois países. Tanto pior quando o governo da Bolívia decidiu conceder/vender o território para uma empresa norte-americana, que teria direito tributário e de segurança no local (quase um Estado dentro do Estado). Isso alarmou o governo brasileiro, cuja resposta foi negociar a compra daquela área, sob a liderança do Barão do Rio Branco. Depois de muitas negociações, o tratado de Petrópolis foi assinado em 1903, justamente no auge da borracha (vide tabela). O governo do Brasil deu certa quantia de dinheiro para a Bolívia e prometeu a construção de uma ferrovia que permitiria o escoamento da produção boliviana via trem e navio de água doce. O Acre foi anexado como território (sem a mesma autonomia e direitos dos estados da federação).

Bom, caros alunos, os pontos pelos quais passamos são os principais para o período da República Velha. Vamos retomar alguns deles para revisar?
Resumo

- As “causas” da queda da monarquia brasileira são: questão religiosa, questão militar, questão servil e questão dinástica;
- A República pode ser dividida em dois períodos: República da Espada e República dos Civis/Oligárquica;
- Na República da Espada foi promulgada a Constituição de 1891 e que durou até 1930. Suas principais inovações políticas foram: a República, a Federação, a laicização do Estado, o Presidencialismo, o fim do Poder Moderador;
- Na República da Espada, o Brasil passou pela primeira tentativa de golpe (Deodoro versus Congresso), pelas duas revoluções da Armada, pela Revolução Federalista e pelo Encilhamento;
- Na República dos Civis/Oligárquica, tivemos a montagem da chamada “Política dos Governadores”. A ideia era o apoio mútuo entre União e Estados. Fazia parte desse mecanismo, a “degola” dos parlamentares de oposição no âmbito federal; não havia justiça eleitoral;
- Na República dos Civis/Oligárquica os coronéis tiveram atuação destacada ao mobilizar os votos dos cidadãos via coação ou convencimento/populismo. O apoio dos coronéis foi fator importante deste período;
- O voto era aberto e as eleições frequentemente eram fraudadas, fosse com o “voto de cabresto” ou com o “voto fantasma”;
- Na República dos Civis/Oligárquica houve predominio de São Paulo e Minas Gerais na condução dos negócios públicos (República do Café-com-Leite);
- Na República dos Civis/Oligárquica, houve o estouro de duas rebeliões de caráter messiânico, a de Canudos e a do Contestado, ambas fortemente reprimidas pelo governo central;
- No fim da República dos Civis/Oligárquica, o descontentamento de classes médias urbanas e de setores militares levaram a levantes que ficaram na história brasileira como “tenentismo”. Suas propostas vagas propunham reformas radicais ao sistema político;
- Em toda a Primeira República (Espada + Civis), o café teve papel fundamental na economia, levando a consequências políticas e sociais;
- Os cafeicultores tornaram-se muito influentes na política estadual (SP, MG e RJ) e nacional;
- O superávit do café levou a investimentos na indústria;
- As características específicas da produção cafeeira levaram a aumento drástico da produção e diminuição de preços. Isso levou a políticas de valorização do produto a partir da década de 1910;
- A necessidade de mão-de-obra levou a uma imigração em massa (principalmente de europeus, mas também de asiáticos);
- A imigração europeia impactou as relações de trabalho no campo e na cidade.
- No campo, os migrantes questionaram as formas de trabalho;
- Apesar dos problemas, o colonato permitiu a continuidade da produção agrícola por meio de uma substituição efetiva da mão-de-obra;
- Na cidade, as péssimas condições de trabalho e ausência de legislação de amparo ao trabalho levaram ao estouro de greves encabeçados por migrantes, muitos deles ligados às ideologias de esquerda;
Um surto de demanda por Borracha impactou o Brasil nas duas primeiras décadas do século XX. O alto preço do produto levou a uma imigração nordestina para a Amazônia, ao enriquecimentos de algumas cidades e donos de terras e à compra do Acre.
Exercícios

CESPE ABIN 2017

Entre 1894 e 1945 ocorreram mudanças que modernizaram as estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil. A respeito desse período histórico, julgue os itens seguintes.

61 Os aspectos socioeconômicos da Primeira República incluem a depreciação cambial da moeda nacional, a imigração, o surgimento do colonato na área rural e de operários nos centros urbanos.

Comentário:

Conforme vimos em nossa aula, todos os elementos descritos no item estão de acordo com a realidade da Primeira República. Item correto.

62 A Revolução de 1930 foi antecedida por uma série de levantes populares contrários à carestia e ao excesso da jornada de trabalho que, em 1929, ocorreram em diversas capitais estaduais.

Comentário:

Movimentos contrários à realidade econômica descrita no item foram realizados em 1917, na chamada Greve Geral. Posteriormente, na década de 1920, vimos aparecer o movimento dos tenentes, mas não ligado diretamente aos pontos elencados. Item errado.

64 Durante o governo de Prudente de Moraes, a aliança entre as elites políticas estaduais e o republicanismo jacobino viabilizou a instituição da política dos governadores.

Comentário:

Item simples, porque mistura diversos elementos. Os jacobinos republicanos, ligados aos positivistas e a membros das forças armadas, apoiavam Floriano Peixoto e suas políticas. Viam com bons olhos a repressão conduzida pelo Marechal e entendiam ser necessário a organização de uma República forte e centralizada. Embora a política tradicional de São Paulo, dentre os quais contamos com Prudente de Moraes, tenha apoiado o governo de Floriano pelo bem da estabilidade política, ao subir ao poder, a oligarquia paulista foi hostilizada pelos antigos apoiadores do Marechal. Para além desse erro, a política dos governadores não foi pensada no governo de Prudente de Moraes, mas sim no de Campos Sales, seu sucessor. Igualmente essa organização política nada deve à suposta aliança entre as elites e o republicanismo jacobino. Item errado.

65 Na Primeira República, os coronéis eram figuras políticas importantes, mas, para beneficiar os eleitores, dependiam de outras instâncias de poder.

Comentário:

Embora à primeira vista possa parecer estranho, o item é bastante simples. Na base da política da primeira República, encontramos os coronéis. Vimos que sua atuação em seu “curral eleitoral”
envolvia a troca de favores e a coerção dos eleitores. Por vezes, os favores eram conseguidos por eles mesmos, em suas esferas de atuação local. Contudo, em outros momentos, necessitavam do apoio dos políticos da esfera estadual ou federal para conseguir seus intentos. Portanto, item correto.

**CESPE CACD 2017**

**Questão 50**

Os militares tiveram, no Brasil, papel fundamental na passagem do Império para a República e, como consequência, os generais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto presidiram os primeiros governos republicanos brasileiros. Acerca desse período da história brasileira, julgue os itens que se seguem.

1. Devido a sua política econômica e ao caráter antiliberal de seu governo, Floriano Peixoto enfrentou a má disposição dos Estados Unidos da América em apoiar os pleitos comerciais e políticos brasileiros.

**Comentário:**

O governo de Floriano Peixoto já foi iniciado em meio às possíveis pressões dos Estados Unidos da América contra a Revolta da Armada e pela renúncia de Deodoro da Fonseca. Quanto à sua política econômica, é impreciso falar que foi antiliberal, já que tinha como meta central o saneamento das contas públicas e o fim da política monetária expansionista. No entanto, o governo de Peixoto ficou marcado pela necessidade de adaptar-se rapidamente às instabilidades políticas que marcavam a vida nacional de então, sem conseguir propriamente estabelecer uma política econômica, ainda que tenha feito intervenções a favor da industrialização e da melhoria das condições de vida do operariado da capital federal. O casuismo da administração Floriano Peixoto foi forçado até mesmo a recuar da posição de retração monetária, voltando a imprimir moeda para saldar déficits públicos. Item errado.

2. A rebelião do Contestado teve caráter tanto social, com a demanda dos revoltosos pelo reconhecimento das terras ocupadas secularmente, quanto político, de reação ao não cumprimento da Constituição de 1891 na sucessão de Deodoro da Fonseca.

**Comentário:**

A Guerra do Contestado (1912-1916) foi destruída tanto pelo desalojamento de famílias de camponeses pela construção da estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul quanto pela galvanização religiosa das insatisfações populares do interior de Santa Catarina contra a República. Ao contrário do que aponta o item, não havia uma motivação política clara, muito menos um apego, por parte dos revoltosos, aos ritos da Constituição republicana de 1891. O messianismo do monge José Maria encontrava na República um símbolo para expiar todos os males que vinham acontecendo na região com a expansão da ferrovia e da indústria madeireira. Portanto, item errado.
3. Uma das finalidades da impressão de dinheiro ordenada por Rui Barbosa durante sua gestão como ministro da Fazenda foi a de pagar indenizações a fazendeiros pela abolição da escravatura.

Comentário:

A política monetária expansionista de Rui Barbosa frente à Fazenda tinha por objetivo financiar o desenvolvimento brasileiro, inundando a iniciativa privada com crédito para que novas empresas e indústrias se estruturassem pelo país. Por outro lado, Rui Barbosa também teve um papel importante no bloqueio contra ações indenizatórias por conta da abolição da escravidão: ao destruir os registros cartorais sobre a posse de escravos, dava cabos das provas documentais que embasariam ações dos antigos senhores de escravos contra o Estado brasileiro. Assim, item errado.

4. O governo de Floriano Peixoto obteve a simpatia das camadas médias urbanas e estimulou a indústria nacional por meio de auxílio financeiro.

Comentário:

Entre as diversas pressões que sofria, o governo Floriano Peixoto conseguiu aprovar um decreto que dava auxílio financeiro às incipientes indústrias nacionais, ainda que tentasse manter uma política de estabilização fiscal com aumento de arrecadação e reorientação da administração pública. Além disso, conseguiu implementar medidas de controle de preços sobre itens básicos e sobre aluguéis de moradias de baixo padrão, visando proteger as classes mais baixas; ao mesmo tempo em que combatia os cortiços. A orientação social para as classes mais baixas da capital federal rendeu a Floriano Peixoto a simpatia da classe média urbana. Em torno dessas plataformas reformistas e confrontacionistas contra os resquícios da monarquia, conseguiu organizar um grupo de republicanos radicais, eivados pelo nacionalismo anti-lusófilo, de forte apelo entre a classe média. Item correto.

CESPE CACD 2017

Questão 51

A Primeira República caracterizou-se pelo regime oligárquico e pela economia agroexportadora. Com relação a esses assuntos, julgue os itens a seguir.

1. Na década de 20 do século XX, o movimentos tenentista contou com importante participação de oficiais tanto do Exército como da Marinha, tendo apontado os maus causados pelo poder excessivo da oligarquia e defendido a descentralização do poder político, além de uma política econômica nacionalista.

Comentário:

Ainda que fortemente identificado com o Exército, o tenentismo também contou com a participação de homens da Marinha, também insatisfeitos com a situação do país e o descaso com a estruturação das Forças. No entanto, os tenentes não tinham uma formulação realmente clara das soluções para os impasses da vida republicana. Ao mesmo tempo em que defendiam o
nacionalismo e um Estado central forte, também se associavam a outras oligarquias estaduais na insatisfação frente ao predomínio mineiro e paulista no governo federal. Já se aproximando das ideologias europeias da década de 1920, o tenentismo brasileiro queria um Estado forte para abrir o caminho para o desenvolvimento e o fortalecimento das Forças Armadas. Item errado.

2. O sistema de colonato, adotado pelos fazendeiros do café para a utilização da mão de obra oriunda da imigração, fracassou em virtude da resistência dos imigrantes em submeterem-se a longas jornadas de trabalho e à falta de instrumentos agrícolas adequados.

**Comentário:**

Conforme afirmamos, apesar dos problemas de relacionamento entre patrões e colonos, o colonato efetivamente permitiu a continuidade do sistema produtivo brasileiro após o fim do sistema escravista, podendo, neste sentido, ser considerado um sucesso, a interpretação histórica da banca. Item errado.

3. No governo de Epitácio Pessoa, a valorização do preço internacional do café, com o consequente ingresso de grande quantidade de moeda forte, desvalorizou o câmbio e causou inflação.

**Comentário:**

O governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), ao contrário do que afirma o item, ocorreu durante um período de retração dos preços internacionais do café, atuando o governo federal no sentido de recuperar o setor. De toda forma, o encadeamento lógico do pensamento econômico pode ser questionado: a entrada de grande quantidade de moeda estrangeira forte valorizaria a moeda nacional, apreciando o câmbio e derrubando os custo de importação; portanto, teria efeitos deflacionários. Item errado.

4. Embora os chamados coronéis constituíssem um grupo importante para a sustentação do sistema oligárquico, seus interesses concorriam com os de outros atores políticos cuja participação na condução do governo da Primeira República era também significativa.

**Comentário:**

Normalmente, emprega-se o termo “coronel” para referir-se às lideranças oligárquicas do Nordeste e dos interiores brasileiros. De fato, apesar sua relevância política, o coronelato também concorria com atores urbanos emergentes e as fortas oligarquias mineira e paulista, cuja orientação agroexportadora nem sempre dava espaço para as lógicas mais protecionistas de outras composições de elite. Item correto.

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens subsequentes, considerando o contexto histórico brasileiro a partir da última década da Primeira República.

2. A crise aguda da Primeira República já se pronunciava no quatriênio do mineiro Artur Bernardes, de que dá mostra o estado de sítio mantido por todo o seu governo. A sucessão de Washington Luís, vencida pelo também candidato paulista governista Júlio Prestes, tornou irreversível a ruptura do sistema político que tinha na alternância entre São Paulo e Minas Gerais na Presidência da República um de seus pontos de equilíbrio.

Comentário:


3. Os levantes armados de 1922 (Rio de Janeiro) e 1924 (São Paulo), e a própria Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes (1925-1927), em larga medida símbolos do movimento tenentista, ao receberem ponderável apoio popular, atestavam a fragilidade de um regime republicano que, malgrado ter-se afastado gradativamente da subordinação aos interesses oligárquicos, mostrou-se cada vez mais incapaz de assegurar a estabilidade política indispensável a sua manutenção.

Comentário:

É muito impreciso falar em “ponderável apoio popular” aos levantes tenentistas de 1922 e 1924, ainda que existisse, de fato, simpatias civis aos movimentos. A Coluna Prestes despertou desconfianças, comoções e folclore entre a população, batizando seu líder, Luís Carlos Prestes, de Cavaleiro da Esperança, mas também despertando a oposição de lideranças populares importante como Padre Cícero Romão Batista. De qualquer forma, é errado falar-se num afastamento da República Velha das oligarquias, quando, pelo contrário, as elites foram se encastelando em torno do poder, como com o estado de sítio, a perseguição às oposições, as
fraudes eleitorais e a censura à imprensa. A desintegração dos consensos oligárquicos, sim, foi um tiro de misericórdia na organização da República Velha. Item errado.

**CESPE CACD 2015**

**Questão 47**

A Primeira República (1889-1930) constituiu, nas consagradas expressões da historiografia, a “República que não foi” e o autêntico “teatro das oligarquias”. Fruto de um golpe de Estado conduzido por militares, em pouco tempo, viu chegarem ao poder os representantes dos grupos proprietários rurais, em um contexto no qual, repetindo a realidade colonial e monárquica pós-Independência, a terra continuou a ser o polo irradiador do poder. Relativamente a esse período da história brasileira, julgue os itens que se seguem.

1. De princípio do século XX ao início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil avançou no surto industrial iniciado ainda no Segundo Império, graças, entre outros fatores, à oferta de energia elétrica, aos capitais liberados pelo café e à progressiva ampliação do mercado interno; com a Grande Guerra, abriu-se novo período da expansão para a indústria no Brasil.

**Comentário:**

Ainda que pouco discutida, o Brasil já contava com certo esforço industrial desde o Império, sendo intensificado durante a Primeira República. Os capitais excedentes do café, após os tropeços da transição de forma de governo, acabaram sendo revertidos para a industrialização brasileira. Paralelamente, a formação de classes médias urbanas trazia consigo a estruturação de um mercado interno interessante para a produção nacional. Portanto, item correto.

2. Depois das contínuas crises políticas dos primeiros anos, a República conheceu certa estabilidade com o governo de Campos Sales: com a Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, montou-se a engrenagem legislativa e assegurou-se o predominio das oligarquias estaduais que estavam no poder.

**Comentário:**

Quarto presidente brasileiro, Campos Sales idealizou e colocou em prática uma política lastreada na coesão política entre os Executivos federal e estaduais, criando um equilíbrio político inédito para aquela República. Deixar o presidente próximo dos governadores garantia tanto a galvanização das bancadas no parlamento quanto uma cadeia de votos. Se aumentava o poder das oligarquias, favorecendo o voto de cabresto e o clientelismo, também dava estabilidade ao Executivo federal. Item correto.

3. No quadro de esgotamento do regime republicano, ao longo dos anos 20 do século XX, a ação dos tenentes assumiu papel de destaque no cenário nacional: seus levantes armados em 1922 e em 1924 abriram o caminho para a vitória do movimento de 1930 e confirmaram a identidade ideológica entre tenentismo e comunismo, algo que foi reiterado após a ascensão de Vargas ao poder.
Comentário:

De fato, há uma ligação congênita entre o tenentismo dos levantes de 1922 e 1924 com a chegada ao poder de Getúlio Vargas em 1930. No entanto, o erro está em associar esses três momentos com o comunismo. Pelo contrário, eram jovens oficiais de inspiração positivista, nacionalista e anti-comunista, que viam a necessidade de uma ordem conservadora a favor do progresso nacional. Ao candidato, bastaria lembrar da grande perseguição aos comunistas que Vargas organizou no país antes mesmo do Estado Novo. Portanto, item errado.

4. O esplendor de cidades como Manaus e Belém, de que seriam exemplos exponenciais os teatros Amazonas e da Paz, explica-se pela riqueza gerada pela borracha, cujo ciclo de expansão estendeu-se até meados do século XX, quando esse produto conquistou o mercado mundial e desbanceu a importância econômica do café na Primeira República.

Comentário:

De fato, os grandes teatros de Manaus e de Belém são símbolos inconteste de força do ciclo da borracha no Norte brasileiro. No entanto, o item testa a orientação cronológica e o conhecimento econômico do candidato. O ciclo da borracha foi mais forte nas duas últimas décadas do Império e nas duas primeiras da República, perdendo força ainda na República Velha, com o crescimento da concorrência internacional. Mesmo que tenha alcançado certa recuperação durante o esforço de guerra na década de 1940, não se pode falar em franca expansão até a metade do século XX. Além do mais, é impreciso falar em superação do café pela borracha: o café continuaria sendo um ponto importante para as exportações brasileiras durante todo o século XX, apesar da força momentânea da borracha no início do século. Portanto, item errado.

CACD 2011

Questão 44


Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da história brasileira entre o regime monárquico do século XIX e a Primeira República, julgue os itens seguintes.

2. Apesar de o republicanismo ter sido assimilado e apoiado por grande parte da opinião pública brasileira, fato comprovado com a eleição de significativa bancada de deputados do Partido Republicano nas últimas décadas do Império, a implantação do novo regime ocorreu por golpe de Estado liderado por oficiais do Exército.
Comentário:

O candidato que leu o texto de estímulo para a questão conseguiu resolver esse item sem maiores dificuldades. O republicanismo do final do século XIX, apesar de alguns “jacobinos” obstinados, se processava dentro das elites, sem propriamente tocar as classes mais baixas. Com uma classe média rarefeita e uma população marcadamente rural, chega a ser difícil imaginar o que seria uma opinião pública brasileira no período. Igualmente, parcelas importantes da população passaram ao largo da mudança de forma de governo, levando anos para chegar aos interiores a notícia da queda da monarquia. Nas cidades, a desinformação e o desmonte monárquico também implicaram em, no mínimo, profundas reticências frente a República. Item errado.

3. O caráter excludente da Primeira República, apontado no texto, expressava-se, entre outros aspectos, no sistema eleitoral vigente, marcado pelo reduzido número de eleitores e pelas fraudes recorrentes, como a adulteração de atas eleitorais, problemas estruturais que a reforma constitucional aprovada no governo Artur Bernardes, com a introdução do voto secreto não foi capaz de tangenciar.

Comentário:

O item tende a induzir o candidato menos atento ao erro por descrever corretamente algumas das práticas eleitorais da República Velha, que restringia o alistamento eleitoral e praticava fraudes contra as votações. No entanto, o item se torna errado ao creditar a Artur Bernardes a introdução do voto secreto na democracia brasileira. Pelo contrário, Bernardes realizou uma reforma constitucional que ampliou os poderes do Executivo federal, que foi, ainda, potencializado pelo Estado de sítio, o qual vigorou durante quase todo seu governo. O voto secreto só seria instituído no Brasil em 1932, com o Código Eleitoral do Governo Provisório (1930-1934). Portanto, item errado.

CACD 2010

Questão 77

Com relação ao período da Primeira República brasileira, que vigorou até 1930, julgue C ou E.

1. Sob inspiração norte-americana, o regime republican brasileiro adotou o presidencialismo e substituiu o unitarismo do Império pelo federalismo.

Comentário:

Os primeiros passos da república brasileira foram muito marcados pela influência da experiência americana, buscando reestruturar o Estado. A partir da Constituição de 1891, o Brasil abandonou o unitarismo, forma de Estado presente no Império. Item correto.

2. Em sintonia com os interesses da oligarquia cafeeira, o primeiro governo republicano adiou, ao máximo, a instalação da Assembleia Constituinte.
Comentário:

Havia uma certa desconfiança quanto à manutenção dos marechais no poder e a oligarquia cafeeira pressionava por uma nova Constituição e transição para o poder civil. De qualquer forma, não se pode falar em um prolongamento do caráter provisório do governo republicano, conduzido por Marechal Deodoro da Fonseca, já que, com eleições em 1890, o Congresso Nacional foi aberto exatamente um ano após a proclamação da República (15 de novembro de 1890). Deu-se início, então, a elaboração da Constituição republicana, que seria promulgada em 1891. Portanto, o item está errado sob todos os aspectos.

3. No que se refere à política externa, ao longo de todo esse período, prevaleceram as relações econômicas e financeiras com a Europa, em detrimento de uma possível opção americanista.

Comentário:


4. Durante a gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, todas as disputas fronteiriças herdadas do Império foram definidas favoravelmente ao Brasil.

Comentário:

Apesar de o Barão do Rio Branco, feito chanceler, ter conduzido a solução de praticamente todas as questões lindeiras deixadas pelo Império, é errado dizer que o país saiu vitorioso em todos os casos. Nas questões com o Uruguai, o próprio Brasil optou por ceder algumas porções de território para encerrar a contenda. Quanto a Guiana Inglesa, negociada diretamente por Joaquim Nabuco, o Brasil sofreu alguns reveses e o próprio Barão do Rio Branco admitiu e acatou as derrotas. Item errado.

CACD 2009

Questão 68

A história da Primeira República, ou República Velha, no Brasil, foi marcada por tensões políticas e econômicas relevantes para o entendimento da Revolução de 1930. A respeito desse período e de suas contradições, julgue os itens a seguir.

1. Inspirado na Carta inglesa, o marco constitucional de 1891 reproduziu a deformação do voto censitário, mantendo herança do Império e adotando fundamentos de constituição europeia.

Comentário:
Ainda que o candidato não soubesse o conteúdo central do item, havia uma possibilidade de acerto. Se ele recorrer aos seus conhecimento de História Mundial, há de perguntar-se qual grande modelo republicano havia na Europa no final do século XIX, dando-se conta que, dentre os parceiros tradicionais do Brasil, apenas a França vivia sob uma república depois de todo um século de convulsões políticas. Ora, então, como poderiam os republicanos brasileiros encontrar na Europa um grande modelo e ainda dar preferência aos ingleses sobre os franceses? A Constituição brasileira de 1891 tinha a grande inspiração no caso dos Estados Unidos, mas também dialogava com as experiências republicanas da Argentina e da Suíça. Assim, item errado.

2. Na República Velha, a economia agroexportadora, tecnologicamente moderna, apresentou elevada produtividade e introduziu as bases sustentáveis para o amplo processo de industrialização iniciado pelos próprios agroexportadores nessa fase histórica.

Comentário:

A lavoura brasileira, pela abundância de recursos e de terras concentradas em latifúndios, não empregava grandes avanços tecnológicos em sua produção. O respaldo econômico assegurado pelo Estado e a liderança brasileira nos mercados internacionais também permitiam a manutenção da produtividade em patamares modestos. Item errado.

3. Nesse período, as oligarquias políticas dos estados, congregadas em partidos políticos, atuavam, na prática, em torno de bases, interesses e projetos locais e regionais.

Comentário:

A República Velha tinha por importante característica a elaboração de políticas públicas de acordo com interesses locais, sendo raros os casos de medidas de alcance nacional. A política dos governadores exigia uma atenção grande aos interesses das elites locais na distribuição de recursos, estabelecendo esferas muito bem determinadas quanto ao alcance dos projetos políticos. A própria lógica de organização partidária, em sua maior parte, não superava os limites da unidade federativa, voltando toda a estrutura partidária para representar os interesses estaduais, sem um projeto nacional para a política. Portanto, antes de qualquer planejamento integrado e nacional, prevalecia a dinâmica dos currais políticos e a capacidade organizativa das oligarquias estaduais. Item correto.

4. Nessa quadra histórica do Brasil, adotou-se sistema eleitoral que, na prática, submetia-se ao controle dos chefes políticos locais, sobretudo no campo, o que ficou conhecido como voto de cabresto.

Comentário:

Com o voto censitário e aberto e o sistema de partidos restrito, na prática, aos estados, o sistema eleitoral brasileiro estava determinado pelas oligarquias estaduais, que decidiam os vitoriosos de seus territórios, garantindo o fluxo de votos locais e de recursos federais. O fortalecimento de tais elites locais afastava a presença do governo federal, concentrando na oligarquia local o poder frente aos eleitores, que, cooptados, tinham de ceder ao voto de cabresto. O equilíbrio de todo o
sistema político contava, necessariamente, com a ausência da União no combate a este tipo de comportamento político-eleitoral. Item correto.

CACD 2007

Questão 32


Tomando o texto como referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca do Brasil da Primeira República (1889-1930).

1. O regime político adotado favorecia o exercício do poder a serviço dos interesses nacionais em detrimento dos interesses individuais dos dirigentes.

Comentário:

A estruturação do federalismo brasileiro sem a nacionalização das legendas partidárias concentrou no âmbito estadual porções importantes da representação política e do poder em si. O voto censitário e aberto consubstanciou, aliado a essa forma de federalismo, o voto de cabresto, controlando o eleitorado pela presença do poder oligárquico local. Isto é, as demandas populares tinham de orbitar em torno das oligarquias locais, uma vez que, tendo em vista o equilíbrio político, o governo federal não se aproximava das dinâmicas municipais e estaduais. Atendendo as demandas que chegavam via oligarquias estaduais, a União não conseguia estabelecer ações de alcance nacional, recorrendo sempre aos equilíbrios locais para controlar o aparelho federal. Item errado.

2. Durante esse período, o conceito de propriedade separava os bens da classe fundiária do bem público gerido pelo Estado.

Comentário:

A certeza da prevalência das oligarquias na política nacional abria espaço para uma profunda confusão entre público e privado, com notável desvantagem para o Estado. Seja com a grilagem de terras da União, seja com a edição de leis e obras de infraestrutura, a propriedade pública estava, muitas vezes, a serviço da propriedade privada para manter a irrigação de recursos e de votos da política dos governadores. Item errado.

3. Os dissidentes encontravam, nesse período, concretas possibilidades de ascensão política, em razão da mobilidade social.

Comentário:
Com uma população urbana ainda bastante diminuta (provavelmente, abaixo dos 30%), poucas oportunidades nas cidades e níveis alarmantes de analfabetismo, a República Velha oferecia pouquissimas possibilidades de ascensão social: as pessoas estavam presas aos campos e os campos tinham donos que controlavam em grande medida o aparato burocrático-repressor do Estado. Eleitoralmente, as fraudes e o todo o sistema político-eleitoral inviabilizava a emergência de oposições reais e efetivas frente ao teatro das oligarquias. Assim, o item está errado.

4. Nesse período, estreito vínculo estabeleceu-se entre governo e partido, envolvendo lealdade entre ambos, porém sobrepondo-se os interesses deste aos daquele.

Comentário:

A República Velha presenciou o controle do Estado pelas oligarquias de Minas Gerais e de São Paulo, organizadas, fundamentalmente, em dois partidos: Partido Republicano Paulista e Partido Republicano Mineiro. Dos onze presidentes civis do período, apenas Prudente de Morais (Partido Republicano Federal) e Hermes da Fonseca (Partido Republicano Conservador) foram eleitos sem pertencer a um desses dois partidos. Tal configuração é o síntoma mais ostensivo do bem-sucedido acordo entre as elites mineira e paulista para o controle do Estado, fazendo do poder uma fonte de recursos para os interesses partidários e a manutenção do acordo oligárquico que mantinha toda a estrutura de poder. Portanto, item correto.

CACD 2007

Questão 33


Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue os itens subsequentes, relativos ao Brasil da Primeira República.

1. O regime oligárquico favorecia, também no cenário político, o domínio das famílias socialmente hegemônicas.

Comentário:

Como o próprio texto insinua, as oligarquias nada mais são do que organizações de famílias que se organizam politicamente para manter, pelo voto ou pela força, toda uma estrutura de reprodução de privilégios a seu próprio favor. Em última análise, as famílias socialmente hegemônicas lançavam mão de acordos, casamentos, candidaturas e força para manter sua capacidade de mando-obediência local e a reprodução de seus privilégios junto ao Estado. Item correto.
2. Durante a Primeira República, apesar do regime político, observam-se, por vezes, sucessões de oligarquias nos estados da Federação.

**Comentário:**

A redação do item dificulta muito a compreensão do que o avaliador quis saber. Sim, apesar da instauração da democracia direta, foi comuníssimo verificar inexistência de alternância efetiva de poder, com as oligarquias se repetindo nos poderes estaduais. O acordo político existente garantia a esses oligarcas o envio de recursos federais para que conseguissem manter seus poderes locais em nome da fidelidade ao poder central. Item correto.

3. Borges de Medeiros manteve-se como detentor do poder oligárquico do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas.

**Comentário:**

Com a morte de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros se torna o grande nome do positivismo republicano do Rio Grande do Sul, assumindo uma liderança muito forte no seu estado, sob o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assumindo o poder em 1898, Borges de Medeiros seria reeleito (condição prevista pela Constituição estadual modulada pelo PRR) e só deixaria o poder para seu apoiador, Carlos Barbosa, em 1908. Retornou ao poder nas eleições seguintes, em 1913, sendo reeleito em 1918 e, numa manobra autoritária, foi mais uma vez reeleito em 1923. Após uma guerra civil gaucho (1923) por conta de seu caudilhismo, Borges de Medeiros deixou o poder ao fim do seu terceiro mandato consecutivo, sendo sucedido por Getúlio Vargas, também do PRR. Nesse intervalo, passou 25 anos ocupando o governo do Rio Grande do Sul, além de ter feito sucessor duas vezes. Portanto, item correto.

4. Nesse período, os governantes eram, na maioria das vezes, dominados por indivíduos, famílias ou grupos.

**Comentário:**

A fragilidade do sistema partidário brasileiro fez com que a República Velha ficasse restrita a personagens e famílias políticas, havendo pouco lastrado político-ideológico para o governo. Então, sim, famílias, grupos de interesse e indivíduos são unidades de análise fundamentais para a compreensão desse período brasileiro. Item correto.

**CACD 2006**

**Questão 45**

*Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra revolução para descrever o que aconteceu.*

A partir da caracterização da Primeira República (1889-1930) apresentada no texto, além de outros aspectos significativos da etapa inicial do regime republicano brasileiro, julgue os itens que se seguem.

1. A implantação da República foi um golpe de Estado que assinala, formal e diretamente, a entrada dos militares no primeiro plano do cenário político brasileiro, presença que se tornou comum na trajetória republicana, mesmo quando eles não estavam à frente do governo.

Comentário:

O avaliador introduziu uma observação importante sobre a vida política brasileira. A proclamação da República foi profundamente marcada pela presença militar tanto no golpe em si quanto na adoção de toda compreensão positivista que marcou o fim do Império. Com isso, os militares passaram a ser uma presença importante no cenário político, tanto que os dois primeiros governos republicanos ficaram conhecidos como a República da Espada, com constante risco de golpe autoritário. Igualmente, o marechal Hermes da Fonseca foi eleito presidente em 1910 e seguiu sendo uma figura importante na República, sendo até preso por suspeitas de conspiração junto aos tenentes durante o governo Epitácio Pessoa. A década de 1920, por sua vez, seria marcada pelos levantes tenentistas e animosidades de alguns setores do alto oficialato, desaguando no golpe de 1930. O governo Vargas também seria derrubado por militares, em 1945, subindo o general Eurico Gaspar Dutra. Nas crises de 1954 e 1955, mais uma vez, os militares tiveram papel decisivo, tanto no suicídio de Vargas quanto no golpe que garantiu a posse de JK, cujo governo enfrentou dois levantes da Aeronáutica. Sem espaço para coincidências, a República Populista também cairia sob ação dos militares no golpe de 1964. Portanto, com excesso de provas, o item está correto.

2. Apesar da reconhecida habilidade política que demonstraram possuir, obtendo considerável apoio no Congresso Nacional, os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto enfrentaram dificuldades incontornáveis, razão pela qual não conseguiram cumprir seus respectivos mandatos.

Comentário:

O jeito mais simples de responder ao item é lembrar que Floriano Peixoto assumiu na condição de vice-presidente de Deodoro da Fonseca e concluiu o período presidencial, entregando o poder a Prudente de Moraes. Mas também é fundamental ter em mente que Deodoro da Fonseca teve uma relação extremamente tumultuada com o Parlamento, chegando a determinar seu fechamento. O primeiro presidente perdeu sua sustentação de forma tão completa que teve de renunciar sob ameaças da Marinha de bombardear a capital, entregando o poder a Floriano
Peixoto, a quem caberia a reabertura do Congresso Nacional e a difícil travessia até o final do mandato herdado. Item errado.

3. Especialmente a partir do governo Campos Sales, o “acordo oligárquico” mencionado no texto ganhou densidade, sendo bem representado pela Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, por meio da qual o atendimento às demandas das oligarquias estaduais era a contrapartida ao apoio político dado aos seus representantes, que momentaneamente ocupavam o governo federal.

**Comentário:**

Campos Sales (1898-1902) foi o grande arquiteto do assentado acordo oligárquico sob a Política dos Governadores. Usando do federalismo e da descentralização de poder num contexto de fragilidade da representação popular, a tal política tinha por princípio atrair os governadores para a negociação com o poder central, repassando recursos federais para os estados (e abdicando de ações mais robustas da União junto à população) em troca de que os governadores mobilizassem líderes locais para dar sustentação político-eleitoral para o poder central. Portanto, o item está correto.

4. A manutenção regular e sem maiores sobressaltos do pacto oligárquico requeria a realização de eleições periódicas, com voto secreto, embora não universal, já que o sistema censitário excluía da condição de eleitores as mulheres, os analfabetos e os pobres.

**Comentário:**

As eleições durante a República Velha foram, de fato, cronologicamente regulares, com mandatos de quatro anos. No entanto, o voto era aberto e censitário (vetando o voto de mulheres, analfabetos e pobres), e não secreto como consta no item. De qualquer forma, não se pode falar em estabilidade político durante a República Velha, período repleto por mortes presidenciais e transições difíceis, levantes armados, estados de sitio, guerra civil no Rio Grande do Sul e algumas dificuldades de manutenção do pacto oligárquico. Assim, item errado.

**CACD 2006**

**Questão 46**

**Diogo D’angelo, Pedro Henrique Soares Santos**  
**Aula 01**


Ainda considerando o assunto abordado no texto, o termo revolução, embora questionado, é de uso frequente na historiografia brasileira quando se trata de denominar o movimento que, em 1930, depôs Washington Luís e alçou o gaúcho Getúlio Vargas à chefia do governo federal. No que respeita à crise que abalou o pacto oligárquico e que culminou com a vitória do movimento armado dirigido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, julgue os itens seguintes.

1. A predominância econômica de São Paulo e de Minas Gerais tinha correspondência na hegemonia política que exerciam esses estados, popularmente sintetizada na expressão Política do café-com-leite. Não havia, contudo, unanimidade quanto a essa liderança nacional, razão pela qual as sucessões presidenciais, não raro, geravam dissensões em setores das oligarquias.

**Comentário:**

Ainda que seja possível organizar, *grosso modo*, o teatro das oligarquias com a ideia de uma “política do café-com-leite”, quando nos aproximamos da sucessão de governos, podemos observar sobressaltos dentro dos acordos oligárquicos. Ainda que não houvesse uma fissura real da elite dirigente, em algumas eleições houve dissensos relevantes entre setores mineiros e paulistas. Por exemplo, o Partido Republicano Paulista (e sua bancada no Senado) chegou a apoiar Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca, candidato apoiado por Minas Gerais; sem que, no entanto, isso fosse desdobrado numa cisão real entre as oligarquias estaduais. Portanto, o item está correto.

2. Os anos 20 do século passado assistiram ao aprofundamento da crise que correu o pacto oligárquico. O movimento tenentista, do qual decorreram duas insurreições armadas (1922, no Rio; 1924, em São Paulo) e a própria Coluna Prestes, demonstra o grau de crescente insatisfação com os costumes políticos típicos do regime vigente nessa época.

**Comentário:**

A década de 1920, embalada pelos grandes acontecimentos internacionais, representou um grande momento de questionamento doméstico. A modernização das artes brasileiras e as novas discussões sobre o país traziam consigo um diagnóstico muito claro sobre o Brasil: as estruturas estavam velhas e perdendo contato com o centro do mundo capitalista. Ainda que nenhum grupo apresentasse um conjunto de respostas realmente coeso e coerente, dos modernistas paulistas aos tenentistas, tudo apontava para a necessidade de uma transformação profunda do Estado e da política brasileiros. A insatisfação, como descrito no item, foi crescente ao longo da década, com o acúmulo de questionamentos esbarrando numa lógica reacionária e violenta provinda do poder central. Ao mesmo tempo, as elites locais viam correr a lógica de reprodução das famílias oligárquicas, quando vinham seus filhos voltando da Europa com vontades de transformação política profunda, rompendo com o acordo agroexportador de corte liberal-conservador. Portanto, o item está correto.
3. Antecedendo Washington Luís, o período de governo do mineiro Artur Bernardes transcorreu sob estado de sitio em praticamente todo o período, em clara demonstração do esgotamento do modelo político em que se assentava a Primeira República.

Comentário:

Mineiro de Viçosa, Artur Bernardes governou o Brasil de 1922 a 1926, sendo sucedido por Washington Luís, o qual governaria até o golpe de 1930. Artur Bernardes governou sob o momento mais delicado do tenentismo, já recebendo o país depois de um delicado final de governo Epitácio Pessoa e uma desastrada campanha eleitoral. Durante seu governo, Bernardes realizou a primeira reforma constitucional da República em meio às pressões tenentistas, chegando a ordenar a bombardear São Paulo, e às vésperas da guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul. Com a concentração de poderes após a reforma constitucional, Artur Bernardes decretou o estado de sitio, que perduraria durante praticamente todo o mandato. Assim, item correto.

4. Por não ser um país industrializado, o Brasil passou incólume pela Crise de 1929 e, apenas tangencialmente, sentiu o impacto da grande depressão econômica do início dos anos 1930, o que explica o sucesso da política econômica adotada pelo governo Vargas.

Comentário:

Fenômeno fartamente discutido, a monocultura exportadora brasileira foi atingida frontalmente pela crise de 1929 por ver seu principal comprador, os Estados Unidos, tendo sua capacidade de consumo corrigida por uma crise sem precedentes. Foi uma consequência imediata da crise econômica a contração generalizada dos preços de produtos primários nos mercados internacionais, arrastando consigo para a crise a economia brasileira. A instabilidade, portanto, afetou diretamente as oligarquias brasileiras, que, tendo seu poder econômico afetado em meio a tantas instabilidades domésticas, sucumbiu frente ao golpe de 1930. A política econômica resultante da ruptura de 30 se valeu fartamente da contração capitalista internacional para emprender o programa de substituição de importações. Ou seja, item errado.

CADC 2005

Questão 24

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após

Segundo o texto, o histórico padrão econômico seguido pelo Brasil somente “começou a ser desmontado após 1930”. No que concerne ao papel da Revolução de 30 no contexto da experiência republicana brasileira, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. Na década de 20, acentuou-se o quadro de crise crescente que pronunciava o colapso da República Velha, de que são exemplos notáveis, entre outros, as revoltas tenentistas e o prolongado estado de sítio que vigorou sob a presidência de Artur Bernardes.

Comentário:

Tendo governado praticamente seu mandato inteiro sob estado de sítio, Artur Bernardes viu o aprofundamento do tenentismo Brasileiro depois das medidas ineeficazes de Epitácio Pessoa. São Paulo e Rio de Janeiro se conflagrariam com cerca de um ano de diferença, com a capital paulista oferecendo resistência por algumas semanas frente às tropas legalistas e ao bombardeio determinado por Bernardes. Ao mesmo tempo, a Coluna Prestes começava sua longa marcha pelo interior e o Rio Grande do Sul afundava na guerra civil de 1923, ameaçando Borges de Medeiros, importante aliado de Bernardes. O quadro de crises não arrefeceria, bem como as práticas do poder central não seriam revistas nem mesmo frente à exaustão do modelo da República Velha. Item correto.

2. Foi flagrante o impacto sobre a economia brasileira da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929. Ao atingir vigorosamente o café, contribuiu para o agravamento da crise institucional que desaguou na deposição do presidente Washington Luís.

Comentário:

Fenômeno fartamente discutido, a monocultura exportadora brasileira foi atingida frontalmente pela crise de 1929 por ver seu principal comprador, os Estados Unidos, tendo sua capacidade de consumo corrida por uma crise sem precedentes. Foi uma consequência imediata da crise econômica a contração generalizada dos preços de produtos primários nos mercados internacionais, arrastando consigo para a crise a economia brasileira. A instabilidade, portanto, afetou diretamente as oligarquias brasileiras, que, tendo seu poder econômico afetado em meio a tantas instabilidades domésticas, sucumbiu frente ao golpe de 1930. As vacilantes estruturas da República Velha, muito enfraquecidas após as fraudes eleitorais de 1929 e do assassinato de João Pessoa, candidato à vice-presidência na chapa oposicionista, não poderiam suportar o peso de um enfraquecimento econômico das elites fundamentais para o seu funcionamento. Item correto.
CACD 2004

Itens 82 a 85


A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

82. A estrutura política vigente na República Velha preservou, como afirma o texto, a dominação oligárquica herdada do Império. Formalmente inspirado nos EUA, o modelo republicano adotado é presidencialista, mas, diferentemente de sua fonte inspiradora, mostra-se profundamente centralizado e sustentado por poucos — mas poderosos — partidos políticos nacionais.

Comentário:

Interessante maneira de estruturação do item. Baseado no texto, o item, óbvio, acerta ao apontar para transposição de privilégios agroexportadores do Império para a estruturação da República, com o predomínio da aristocracia da terra. Tanto com o fortalecimento do centro burguês do país entre Minas Gerais e São Paulo quanto com a radicalização do coronelismo nos interiores brasileiros, a dominação oligárquica do Império pode ter alijado parte da aristocracia, mas não sua lógica profunda de privilégios, agora voltadas para explorar as potencialidades do presidencialismo adotado. Com forte inspiração nas Constituições de EUA, Argentina e Suíça, a Constituição de 1891 optou pela descentralização e pelo federalismo exatamente para garantir a relevância e o poder dessas oligarquias por meio de um sistema partidário fragmentado, sem a nacionalização dos partidos, fortemente associados aos estados. Ou seja, a garantia do funcionamento das oligarquias locais foi garantido pela fragmentação do poder da República nascente apesar do presidencialismo. Portanto, item errado.
83. A década de 20 do século passado assinalou o acirramento da crise que levou a República Velha ao fim. Além das cisões interoligárquicas, de que a própria Aliança Liberal seria símbolo, movimentos sociais — mesmo aqueles carentes de organicidade e de coesão doutrinária — emergem na contestação às deterioradas estruturas vigentes no país, como foi o caso do tentenismo que o texto menciona.

**Comentário:**

A crise da República Velha que se arrastou durante quase toda década de 1920 foi a concorrência de várias percepções sobre o atraso e a falência do sistema então vigente. Os movimentos sociais contavam desde os filhos de oligarcas retornados da Europa e inconformados com o atraso político-econômico dos países e do país até marchas como a Coluna Prestes, com jovens oficiais do Exército preocupados com os interiores do país. Ainda que nenhum desses movimentos tenham apresentado um programa realmente claro para o futuro do país, criava-se um clima generalizado que pressionava por mudanças, enquanto o poder central se aferrava num reacionarismo violento. A Aliança Liberal acabou por ser um símbolo maior do momento por conseguir galvanizar algumas importantes elites locais, como o Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais frente à reação paulista nas eleições de 1929. Portanto, item correto.

84. Paradoxalmente, a Semana de Arte Moderna de 1922 acabou por oferecer apoio ao regime oligárquico que começava a ser combatido com mais firmeza. Em que pese sua estética inovadora, até revolucionária, sua obsessão em valorizar uma cultura genuinamente brasileira e livre dos cânones europeus reforçou o conservadorismo político que tanto interessava aos donos do poder.

**Comentário:**

Os modernistas de 1922 ajudaram a expor a necessidade de transformações nacionais, mas não com a importação acrítica das formulações europeias, mas sim uma resposta nacional e ponderada com os novos conhecimento mundiais. O modernismo brasileiro não se baseava na negação dos cânones, mas antes na “antropofagia cultural”, uma tentativa de assimilar todas as influências dentro de uma base brasileira para reinterpretar e reinventar o Brasil. Se a modernização de 1922 não previa uma adoção da realidade profunda e popular brasileira, tampouco se aferrava ao reacionarismo das oligarquias, preferindo sempre a invenção de outras formas de solução. Item errado.

85. O que os modernistas procuravam fazer na década de 20 do século passado, isto é, uma nova forma de olhar o Brasil, estimulando a mudança da imagem que o brasileiro fazia de si mesmo e do país, ganha considerável impulso na década seguinte. É quando, entre outros intelectuais que se lançam à tarefa de interpretar o Brasil, Gilberto Freyre publica Casa Grande & Senzala, defendendo a extraordinária força da mestiçagem cultural brasileira.

**Comentário:**

_Casa Grande & Senzala_ de Gilberto Freyre, de 1933, é o grande momento de transformação da sociologia brasileira sobre a compreensão do povo brasileiro. A mestiçagem, tida ou como objeto de vergonha nacional ou como fonte de todos os males, foi, enfim, interpretada como um traço
de singularização do povo brasileiro e origem de sua pujaança. Como Freyre, outros tantos intelectuais se lançam, no período, à interpretação brasileira fora do mecanicismo plenamente alinhado ao desenvolvimento das ciências sociais europeias, ainda que estas sejam uma fonte teórica inegável. Buscar o elemento brasileiro passou a ser uma espécie de obsessão do pensamento brasileiro, rompendo com a tradição europeizante muito clara da República Velha. Item correto.

**CACD 2003**

**Questão 17**


A partir da análise contida no texto apresentado e considerando aspectos significativos da trajetória republicana brasileira, julgue os itens que se seguem.

2. Tal como ocorria na Europa à mesma época, a *Belle Époque*, cronologicamente situada em princípios do século XX, correspondeu a um período de prosperidade no Brasil, com o país se urbanizando, promovendo inédita e relativamente expressiva desconcentração de renda, politicamente ampliando os níveis de participação da sociedade e, em termos de política externa, enfatizando as alianças com a América Latina.

**Comentário:**

Atitude bastante generosa por parte do examinador, já que tem pouquissimas informações corretas no item. A Belle Époque europeia é comumente situada entre 1871 (fim da guerra franco-prussiana) e 1914 (eclosão da Primeira Guerra Mundial), sendo que o período similar brasileiro pode ser concentrado nas duas primeiras décadas do século XX: isto é, entre a consolidação da República brasileira e o início dos movimentos tententistas. Trata-se de um momento em que o país faz um esforço para aproximar suas grandes cidades dos costumes europeus, com relações profundas com as vanguardas intelectuais e artísticas francesas. A vontade de dar notas francófilas à experiência brasileira se manifestou desde o envio dos filhos da aristocracia para estudar em Paris até as reformas urbanísticas das cidades brasileiras, com especial destaque para
o Rio de Janeiro. A onda urbanizante, no entanto, era restrito a uma pequena sociedade urbana frente a um país profundamente agrário, com sua população dispersa na lavoura e com uma industrialização insípida e vacilante. Da mesma maneira, a República Velha foi fundamental para a reprodução de privilégios das oligarquias rurais, concentrando renda e alijando a maior parte da população de qualquer participação política e submetendo boa parte dos restantes ao voto de cabresto e às fraudes eleitorais. A participação social, portanto, foi minimizada tanto quanto possível e, quando ocorreu, marcou o fim da tal Belle Époque brasileira, já que trouxe uma série de instabilidades. Por fim, o país manteve, sim, importantes relações com a América Latina para resolver suas questões lindeiras, mas parte importante de suas parcerias preferenciais estavam voltadas para o Atlântico Norte. Portanto, item errado.
Exercícios apresentados

**CESPE ABIN 2017**

Entre 1894 e 1945 ocorreram mudanças que modernizaram as estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil. A respeito desse período histórico, julgue os itens seguintes.

61 Os aspectos socioeconômicos da Primeira República incluem a depreciação cambial da moeda nacional, a imigração, o surgimento do colonato na área rural e de operários nos centros urbanos.

62 A Revolução de 1930 foi antecedida por uma série de levantes populares contrários à carestia e ao excesso da jornada de trabalho que, em 1929, ocorreram em diversas capitais estaduais.

64 Durante o governo de Prudente de Moraes, a aliança entre as elites políticas estaduais e o republicanismo jacobino viabilizou a instituição da política dos governadores.

65 Na Primeira República, os coronéis eram figuras políticas importantes, mas, para beneficiar os eleitores, dependiam de outras instâncias de poder.

**CESPE CACD 2017**

**Questão 50**

Os militares tiveram, no Brasil, papel fundamental na passagem do Império para a República e, como consequência, os generais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto presidiram os primeiros governos republicanos brasileiros. Acerca desse período da história brasileira, julgue os itens que se seguem.

1. Devido a sua política econômica e ao caráter antiliberal de seu governo, Floriano Peixoto enfrentou a má disposição dos Estados Unidos da América em apoiar os pleitos comerciais e políticos brasileiros.

2. A rebelião do Contestado teve caráter tanto social, com a demanda dos revoltosos pelo reconhecimento das terras ocupadas secularmente, quanto político, de reação ao não cumprimento da Constituição de 1891 na sucessão de Deodoro da Fonseca.

3. Uma das finalidades da impressão de dinheiro ordenada por Rui Barbosa durante sua gestão como ministro da Fazenda foi a de pagar indenizações a fazendeiros pela abolição da escravatura.

4. O governo de Floriano Peixoto obteve a simpatia das camadas médias urbanas e estimulou a indústria nacional por meio de auxílio financeiro.
Diogo D’angelo, Pedro Henrique Soares Santos
Aula 01

História do Brasil p/ ABIN (Oficial de Inteligência - Área 1) - 2019
www.estrategiaconcursos.com.br

CESPE CACD 2017

Questão 51

A Primeira República caracterizou-se pelo regime oligárquico e pela economia agroexportadora. Com relação a esses assuntos, julgue os itens a seguir.

1. Na década de 20 do século XX, o movimentos tenentista contou com importante participação de oficiais tanto do Exército como da Marinha, tendo apontado os males causados pelo poder excessivo da oligarquia e defendido a descentralização do poder político, além de uma política econômica nacionalista.

2. O sistema de colonato, adotado pelos fazendeiros do café para a utilização da mão de obra oriunda da imigração, fracassou em virtude da resistência dos imigrantes em submeterem-se a longas jornadas de trabalho e à falta de instrumentos agrícolas adequados.

3. No governo de Epitácio Pessoa, a valorização do preço internacional do café, com o consequente ingresso de grande quantidade de moeda forte, desvalorizou o câmbio e causou inflação.

4. Embora os chamados coronéis constituíssem um grupo importante para a sustentação do sistema oligárquico, seus interesses concorriam com os de outros atores políticos cuja participação na condução do governo da Primeira República era também significativa.

CESPE CACD 2016

Questão 46


Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens subsequentes, considerando o contexto histórico brasileiro a partir da última década da Primeira República.

2. A crise aguda da Primeira República já se pronunciava no quatriênio do mineiro Artur Bernardes, de que dá mostra o estado de sítio mantido por todo o seu governo. A sucessão de Washington Luís, vencida pelo também candidato paulista governista Júlio Prestes, tornou
irreversível a ruptura do sistema político que tinha na alternância entre São Paulo e Minas Gerais na Presidência da República um de seus pontos de equilíbrio.

3. Os levantes armados de 1922 (Rio de Janeiro) e 1924 (São Paulo), e a própria Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes (1925-1927), em larga medida símbolos do movimento tenentista, ao receberem ponderável apoio popular, atestavam a fragilidade de um regime republicano que, malgrado ter-se afastado gradativamente da subordinação aos interesses oligárquicos, mostrou-se cada vez mais incapaz de assegurar a estabilidade política indispensável a sua manutenção.

CESPE CACD 2015

Questão 47

A Primeira República (1889-1930) constituiu, nas consagradas expressões da historiografia, a “República que não foi” e o autêntico “teatro das oligarquias”. Fruto de um golpe de Estado conduzido por militares, em pouco tempo, viu chegarem ao poder os representantes dos grupos proprietários rurais, em um contexto no qual, repetindo a realidade colonial e monárquica pós-Independência, a terra continuou a ser o polo irradiador do poder. Relativamente a esse período da história brasileira, julgue os itens que se seguem.

1. De princípio do século XX ao início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil avançou no surto industrial iniciado ainda no Segundo Império, graças, entre outros fatores, à oferta de energia elétrica, aos capitais liberados pelo café e à progressiva ampliação do mercado interno; com a Grande Guerra, abriu-se novo período da expansão para a indústria no Brasil.

2. Depois das contínuas crises políticas dos primeiros anos, a República conheceu certa estabilidade com o governo de Campos Sales: com a Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, montou-se a engrenagem legislativa e assegurou-se o predominio das oligarquias estaduais que estavam no poder.

3. No quadro de esgotamento do regime republicano, ao longo dos anos 20 do século XX, a ação dos tenentes assumiu papel de destaque no cenário nacional: seus levantes armados em 1922 e em 1924 abriram o caminho para a vitória do movimento de 1930 e confirmaram a identidade ideológica entre tenentismo e comunismo, algo que foi reiterado após a ascensão de Vargas ao poder.

4. O esplendor de cidades como Manaus e Belém, de que seriam exemplos exponenciais os teatros Amazonas e da Paz, explica-se pela riqueza gerada pela borracha, cujo ciclo de expansão estendeu-se até meados do século XX, quando esse produto conquistou o mercado mundial e desbancou a importância econômica do café na Primeira República.

CACD 2011

Questão 44

A transição do Império para a República, proclamada em 1889, constituiu a primeira grande mudança de regime político ocorrida desde a Independência. Republicanistas “puros”, como Silva...

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da história brasileira entre o regime monárquico do século XIX e a Primeira República, julgue o itens seguintes.

2. Apesar de o republicanismo ter sido assimilado e apoiado por grande parte da opinião pública brasileira, fato comprovado com a eleição de significativa bancada de deputados do Partido Republicano nas últimas décadas do Império, a implantação do novo regime ocorreu por golpe de Estado liderado por oficiais do Exército.

3. O caráter excludente da Primeira República, apontado no texto, expressava-se, entre outros aspectos, no sistema eleitoral vigente, marcado pelo reduzido número de eleitores e pelas fraudes recorrentes, como a adulteração de atas eleitorais, problemas estruturais que a reforma constitucional aprovada no governo Artur Bernardes, com a introdução do voto secreto não foi capaz de tangenciar.

CACD 2010

Questão 77

Com relação ao período da Primeira República brasileira, que vigorou até 1930, julgue C ou E.

1. Sob inspiração norte-americana, o regime republicano brasileiro adotou o presidencialismo e substituiu o unitarismo do Império pelo federalismo.

2. Em sintonia com os interesses da oligarquia cafetina, o primeiro governo republicano adiou, ao máximo, a instalação da Assembleia Constituinte.

3. No que se refere à política externa, ao longo de todo esse período, prevaleceram as relações econômicas e financeiras com a Europa, em detrimento de uma possível opção americanista.

4. Durante a gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, todas as disputas fronteiriças herdadas do Império foram definidas favoravelmente ao Brasil.
CACD 2009

Questão 68

A história da Primeira República, ou República Velha, no Brasil, foi marcada por tensões políticas e econômicas relevantes para o entendimento da Revolução de 1930. A respeito desse período e de suas contradições, julgue os itens a seguir.

1. Inspirado na Carta inglesa, o marco constitucional de 1891 reproduziu a deformação do voto censitário, mantendo herança do Império e adotando fundamentos de constituição europeia.

2. Na República Velha, a economia agroexportadora, tecnologicamente moderna, apresentou elevada produtividade e introduziu as bases sustentáveis para o amplo processo de industrialização iniciado pelos próprios agroexportadores nessa fase histórica.

3. Nesse período, as oligarquias políticas dos estados, congregadas em partidos políticos, atuavam, na prática, em torno de bases, interesses e projetos locais e regionais.

4. Nessa quadra histórica do Brasil, adotou-se sistema eleitoral que, na prática, submetia-se ao controle dos chefes políticos locais, sobretudo no campo, o que ficou conhecido como voto de cabresto.

CACD 2007

Questão 32


Tomando o texto como referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca do Brasil da Primeira República (1889-1930).

1. O regime político adotado favorecia o exercício do poder a serviço dos interesses nacionais em detrimento dos interesses individuais dos dirigentes.

2. Durante esse período, o conceito de propriedade separava os bens da classe fundiária do bem público gerido pelo Estado.

3. Os dissidentes encontravam, nesse período, concretas possibilidades de ascensão política, em razão da mobilidade social.

4. Nesse período, estreito vínculo estabeleceu-se entre governo e partido, envolvendo lealdade entre ambos, porém sobrepondo-se os interesses deste aos daquele.
CADC 2007

Questão 33


Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue os itens subsequentes, relativos ao Brasil da Primeira República.

1. O regime oligárquico favorecia, também no cenário político, o domínio das famílias socialmente hegemônicas.

2. Durante a Primeira República, apesar do regime político, observam-se, por vezes, sucessões de oligarquias nos estados da Federação.

3. Borges de Medeiros manteve-se como detentor do poder oligárquico do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas.

4. Nesse período, os governantes eram, na maioria das vezes, dominados por indivíduos, famílias ou grupos.

CADC 2006

Questão 45

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra revolução para descrever o que aconteceu.


A partir da caracterização da Primeira República (1889-1930) apresentada no texto, além de outros aspectos significativos da etapa inicial do regime republicano brasileiro, julgue os itens que se seguem.
1. A implantação da República foi um golpe de Estado que assinala, formal e diretamente, a entrada dos militares no primeiro plano do cenário político brasileiro, presença que se tornou comum na trajetória republicana, mesmo quando eles não estavam à frente do governo.

2. Apesar da reconhecida habilidade política que demonstraram possuir, obtendo considerável apoio no Congresso Nacional, os governos dos marechaís Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto enfrentaram dificuldades incontornáveis, razão pela qual não conseguiram cumprir seus respectivos mandatos.

3. Especialmente a partir do governo Campos Sales, o “acordo oligárquico” mencionado no texto ganhou densidade, sendo bem representado pela Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, por meio da qual o atendimento às demandas das oligarquias estaduais era a contrapartida ao apoio político dado aos seus representantes, que momentaneamente ocupavam o governo federal.

4. A manutenção regular e sem maiores sobressaltos do pacto oligárquico requereria a realização de eleições periódicas, com voto secreto, embora não universal, já que o sistema censitário excluía da condição de eleitores as mulheres, os analfabetos e os pobres.

**CACD 2006**

**Questão 46**

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra revolução para descrever o que aconteceu.


Ainda considerando o assunto abordado no texto, o termo revolução, embora questionado, é de uso frequente na historiografia brasileira quando se trata de denominar o movimento que, em 1930, depôs Washington Luís e alçou o gaúcho Getúlio Vargas à chefia do governo federal. No que respeita à crise que abalou o pacto oligárquico e que culminou com a vitória do movimento armado dirigido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, julgue os itens seguintes.

1. A predominância econômica de São Paulo e de Minas Gerais tinha correspondência na hegemonia política que exerciam esses estados, popularmente sintetizada na expressão Política do café-com-leite. Não havia, contudo, unanimidade quanto a essa liderança nacional, razão pela qual as sucessões presidenciais, não raro, geravam dissensões em setores das oligarquias.
2. Os anos 20 do século passado assistiram ao aprofundamento da crise que correu o pacto oligárquico. O movimento tenentista, do qual decorreram duas insurreições armadas (1922, no Rio; 1924, em São Paulo) e a própria Coluna Prestes, demonstra o grau de crescente insatisfação com os costumes políticos típicos do regime vigente nessa época.

3. Antecedendo Washington Luís, o período de governo do mineiro Artur Bernardes transcorreu sob estado de sítio em praticamente todo o período, em clara demonstração do esgotamento do modelo político em que se assentava a Primeira República.

4. Por não ser um país industrializado, o Brasil passou incólume pela Crise de 1929 e, apenas tangencialmente, sentiu o impacto da grande depressão econômica do início dos anos 1930, o que explica o sucesso da política econômica adotada pelo governo Vargas.

**CACD 2005**

**Questão 24**

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.


Segundo o texto, o histórico padrão econômico seguido pelo Brasil somente “começou a ser desmontado após 1930”. No que concerne ao papel da Revolução de 30 no contexto da experiência republicana brasileira, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

1. Na década de 20, acentuou-se o quadro de crise crescente que prenunciava o colapso da República Velha, de que são exemplos notáveis, entre outros, as revoltas tenentistas e o prolongado estado de sítio que vigorou sob a presidência de Artur Bernardes.
2. Foi flagrante o impacto sobre a economia brasileira da quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929. Ao atingir vigorosamente o café, contribuiu para o agravamento da crise institucional que desaguou na deposição do presidente Washington Luís.

CACD 2004

Itens 82 a 85


A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem, relativos à evolução histórica do Brasil republicano.

82. A estrutura política vigente na República Velha preservou, como afirma o texto, a dominação oligárquica herdada do Império. Formalmente inspirado nos EUA, o modelo republicano adotado é presidencialista, mas, diferentemente de sua fonte inspiradora, mostra-se profundamente centralizado e sustentado por poucos — mas poderosos — partidos políticos nacionais.

83. A década de 20 do século passado assinalou o acirramento da crise que levou a República Velha ao fim. Além das cisões interoligárquicas, de que a própria Aliança Liberal seria símbolo, movimentos sociais — mesmo aqueles carentes de organicidade e de coesão doutrinária — emergem na contestação às deterioradas estruturas vigentes no país, como foi o caso do tenentismo que o texto menciona.

84. Paradoxalmente, a Semana de Arte Moderna de 1922 acabou por oferecer apoio ao regime oligárquico que começava a ser combatido com mais firmeza. Em que pese sua estética inovadora, até revolucionária, sua obsessão em valorizar uma cultura genuinamente brasileira e livre dos
cânones europeus reforçou o conservadorismo político que tanto interessava aos donos do poder.

85. O que os modernistas procuravam fazer na década de 20 do século passado, isto é, uma nova forma de olhar o Brasil, estimulando a mudança da imagem que o brasileiro fazia de si mesmo e do país, ganha considerável impulso na década seguinte. É quando, entre outros intelectuais que se lançam à tarefa de interpretar o Brasil, Gilberto Freyre publica Casa Grande & Senzala, defendendo a extraordinária força da mestiçagem cultural brasileira.

**CACD 2003**

**Questão 17**


A partir da análise contida no texto apresentado e considerando aspectos significativos da trajetória republicana brasileira, julgue os itens que se seguem.

2. Tal como ocorria na Europa à mesma época, a Belle Époque, cronologicamente situada em princípios do século XX, correspondeu a um período de prosperidade no Brasil, com o país se urbanizando, promovendo inédita e relativamente expressiva desconcentração de renda, politicamente ampliando os níveis de participação da sociedade e, em termos de política externa, enfatizando as alianças com a América Latina.
PIRATARIA E CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como fornecedor de “grupos solidários” de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos de site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concursado(a) desinformado participa de rateio, acreditando que nada disso está acontecendo e esperando se tomar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

História do Brasil p/ ABIN (Oficial de Inteligência - Área 1) - 2019
www.estragiaconcursos.com.br
ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site e coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se de anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de “grupos solidários” de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos de site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes e sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, acreditando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidão público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.